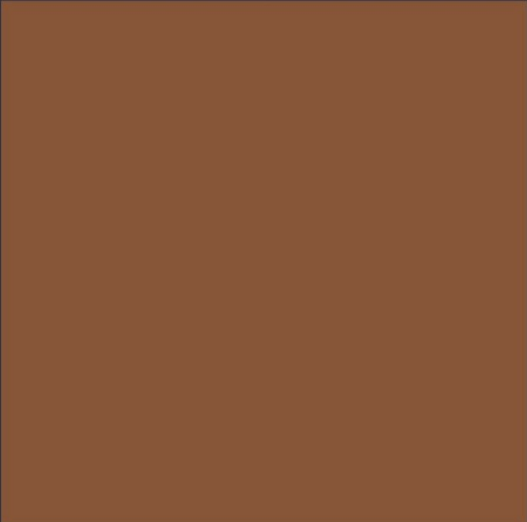




POR UMA ÉTICA COMPROMETIDA COM A CIDADANIA

LAMARTINE GASPAR DE OLIVEIRA
ANA LÚCIA DE SOUZA LOPES
GABRIEL AQUINO DA CRUZ
(organizadores)

**POR UMA ÉTICA
COMPROMETIDA COM
A CIDADANIA**

Comitê Científico

Alessandro Octaviani
Andrés Falcone
Daniel Arruda Nascimento
Eduardo Saad-Diniz
Francisco Rômulo Monte Ferreira
Isabel Lousada
Jorge Miranda de Almeida
Kettle Paes
Marcelo Martins Bueno
Maria J. Binetti
Maurício Cardoso
Michelle Vasconcelos Oliveira do Nascimento
Miguel Polaino-Orts
Patricio Sabadini
Rodrigo Santos de Oliveira
Sandra Caponi
Sandro Luiz Bazzanella
Tiago Almeida

LAMARTINE GASPAR DE OLIVEIRA
ANA LÚCIA DE SOUZA LOPES
GABRIEL AQUINO DA CRUZ
(ORGANIZADORES)

**POR UMA ÉTICA
COMPROMETIDA COM
A CIDADANIA**

LiberArs
São Paulo - 2026

POR UMA ÉTICA COMPROMETIDA COM A CIDADANIA

© 2026, Editora LiberArs Ltda.

Direitos de edição reservados à
Editora LiberArs Ltda

ISBN 978-65-5953-216-2

Editores

Fransmar Costa Lima
Lauro Fabiano de Souza Carvalho

Revisão técnica

Cesar Lima

Capa

Fabio Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

L886

Por uma ética comprometida com a cidadania / organizado por Lamartine Gaspar de Oliveira, Ana Lúcia de Souza Lopes, Gabriel Aquino. - São Paulo : LiberArs, 2026.

80 p. ; PDF ; 0,70 MB.

Inclui bibliografia e índice.

ISBN: 978-65-5953-216-2 (e-book)

1.Ética. 2.Cidadania. 3.Direitos humanos. 4.Tecnociência. 5.Comunicação digital. I. Oliveira, Lamartine Gaspar de. II. Lopes, Ana Lúcia de Souza. III. Cruz, Gabriel Aquino da. IV. Título.

CDD 170

CDU 17

Todos os direitos reservados. A reprodução, ainda que parcial, por qualquer meio, das páginas que compõem este livro, para uso não individual, mesmo para fins didáticos, sem autorização escrita do editor, é ilícita e constitui uma contrafação danosa à cultura. Foi feito o depósito legal.

Editora LiberArs Ltda

www.liberars.com.br
contato@liberars.com.br

COMISSÃO ORGANIZADORA

Profa. Dra. Ana Lúcia de Souza Lopes
Prof. Dr. André Ramos
Prof. Dr. Fabiano de Almeida Oliveira
Prof. Dr. Gabriel Aquino da Cruz
Prod. Dr. Lamartine Gaspar de Oliveira
Prof. Dr. Mário Sérgio Batista
Prof. Dr. Paulo Fraga da Silva
Prof. Dr. Roger Campato
Prof. Dr. Wesley Espinosa Santana.

Apoio:
Editora LiberArs

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PROFA. DRA. ANA LÚCIA DE SOUZA LOPES	
PROF. DR. ROGER CAMPATO	11

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

POR UMA ÉTICA COMPROMETIDA COM A CIDADANIA

REV. DR. ROBINSON GRANGEIRO MONTEIRO	15
--	----

1. POR UMA ÉTICA COMPROMETIDA COM A CIDADANIA: MUNDO DO TRABALHO

PROF. DR. RODRIGO AUGUSTO PRANDO.....	21
---------------------------------------	----

2. POR UMA ÉTICA COMPROMETIDA COM A CIDADANIA: MEIO AMBIENTE E SAÚDE

PROFA. DRA. PÉROLA BROCANELI.....	39
-----------------------------------	----

3. ÉTICA COMPROMETIDA COM A CIDADANIA: COMUNICAÇÃO DIGITAL

PROFA. DRA. DANIELA CUNHA.....	49
--------------------------------	----

4. POR UMA ÉTICA COMPROMETIDA COM A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

PROFA. DRA. RENATA DA ROCHA.....	61
----------------------------------	----

5. POR UMA ÉTICA COMPROMETIDA COM A CIDADANIA: TECNOCIÊNCIA

PROF. DR. FABIO SILVA LOPES.....	67
----------------------------------	----

6. ÉTICA NA TECNOCIÊNCIA SOB O OLHAR DO PESQUISADOR

PROF. DR. FÁBIO JESUS MOREIRA DE ALMEIDA	75
--	----

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	81
-----------------------------	----

APRESENTAÇÃO

PROFA. DRA. ANA LÚCIA DE SOUZA LOPES

PROF. DR. ROGER CAMPATO

O Simpósio de Ética e Cidadania, realizado nos dias 9 e 10 de agosto de 2023, no Auditório MackGrappe do Campus Higienópolis da Universidade Presbiteriana Mackenzie, foi promovido pelo Núcleo de Ética e Cidadania (NEC) do Centro de Educação, Filosofia e Teologia (CEFT), em parceria com todas as Unidades Universitárias da UPM. O evento, transmitido ao vivo pelo canal do YouTube do CEFT, reuniu docentes, pesquisadores e estudantes em torno do tema “*Por uma Ética comprometida com a Cidadania*”, numa perspectiva interdisciplinar e contemporânea, que buscou refletir sobre as responsabilidades éticas diante dos desafios da sociedade atual.

Ao longo de dois dias intensos de atividades, o simpósio promoveu conferências, mesas-redondas e debates que articularam o pensamento ético com as dimensões da vida social, científica, tecnológica e comunicacional. O diálogo entre as áreas evidenciou que a ética, longe de se restringir a um campo teórico, é um princípio orientador para a ação cidadã, para o respeito aos direitos humanos e para a construção de uma sociedade justa e solidária.

A conferência de abertura, ministrada pelo Rev. Dr. Robinson Grangeiro Monteiro, introduziu o tema central do evento, “Por uma ética comprometida com a cidadania”, destacando a importância da responsabilidade moral e da ação ética como fundamentos de convivência, a partir de um olhar confessional, no qual a cidadania plena é orientada pelo propósito de “educar e cuidar do ser humano, criado à imagem de Deus, para o exercício pleno da cidadania em um ambiente de fé cristã reformada”.

As mesas temáticas abordaram questões cruciais da contemporaneidade sob diferentes enfoques:

- A mesa sobre Ética e o Mundo do Trabalho, conduzida pelo Prof. Dr. Rodrigo Augusto Prando, discutiu os desafios éticos nas relações laborais,

a precarização e as novas formas de trabalho em tempos de transformação digital.

- A Profa. Dra. Pérola Brocaneli, na mesa Ética, Meio Ambiente e Saúde, tratou das interdependências entre sustentabilidade, cuidado e saúde coletiva, ressaltando a responsabilidade ética diante da crise ambiental.
- A Profa. Dra. Daniela Cunha explorou a Ética na Comunicação Digital, destacando o papel das mídias na formação da opinião pública, na propagação de discursos e na necessidade de uma cidadania digital crítica.
- O Prof. Dr. Fabio Silva Lopes, na mesa sobre Ética e Tecnociência, problematizou as implicações morais do avanço científico e tecnológico, a inteligência artificial e os novos desafios da sociedade a partir deste fenômeno e seus impactos na sociedade.
- O Prof. Dr. Fábio Jesus Moreira de Almeida complementou o debate com uma reflexão sobre a Ética na Tecnociência, aprofundando as relações entre conhecimento, poder e responsabilidade social.
- Encerrando o evento, a Profa. Dra. Renata da Rocha apresentou a conferência “Por uma Ética comprometida com a Cidadania nos Direitos Humanos”, reforçando a centralidade da dignidade humana como princípio ético universal.

O presente livro, que nasce a partir das conferências e debates do Simpósio, constitui-se como registro e ampliação dessas reflexões, apresentando ao leitor uma coletânea de textos que traduzem a pluralidade e a profundidade dos temas tratados, comprometido com a formação de cidadão éticos, críticos e conscientes do seu papel em uma sociedade marcada pela complexidade das relações entre ciência, tecnologia, trabalho, meio ambiente e direitos humanos.

A Conferência de Abertura, proferida pelo Rev. Dr. Robinson Grangeiro Monteiro, que oferece uma fundamentação teórica e filosófica sobre a ética enquanto compromisso inalienável com a cidadania e o bem comum discutindo a partir de uma leitura confessional e filosófica da cidadania, estabelecendo uma relação intrínseca da ética, da cidadania plena, do educar e do cuidar, a partir da missão institucional da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

No primeiro capítulo, “*Por uma Ética comprometida com a Cidadania: Mundo do Trabalho*”, Rodrigo Augusto Prando percorre o caminho que une os clássicos da Sociologia — Durkheim, Weber e Marx — às tensões do trabalho no século XXI. O autor revisita o pensamento sociológico e o reinterpreta à luz dos desafios contemporâneos, da precarização laboral à cultura da hiperprodutividade. Seu texto, ao mesmo tempo teórico e ensaístico, convida o leitor a refletir sobre o sen-

tido do trabalho como valor humano e social, destacando como o avanço tecnológico e a pandemia de Covid-19 reconfiguraram nossa relação com o tempo, o corpo e o outro.

Já Pérola Brocaneli, no segundo capítulo, *“Por uma Ética comprometida com a Cidadania: Meio Ambiente e Saúde”*, traça um paralelo entre ética e responsabilidade ecológica. Seu texto, atravessado pela sensibilidade urbanística, questiona a forma como as cidades contemporâneas se relacionam com os territórios naturais, explorando a noção de “capital natural” e a urgência de uma ética ambiental voltada à preservação da vida. A autora evidencia que pensar o espaço urbano é também pensar a saúde coletiva e o futuro da humanidade, propondo que o planejamento das cidades seja guiado por uma ética do cuidado e da interdependência.

Em *“Ética comprometida com a Cidadania: Comunicação Digital”*, Daniela Cunha problematiza as relações entre mídia, informação e cidadania em tempos de hiperconectividade. Seu texto discute sobre os dilemas éticos da era digital, as *fake news*, a manipulação de dados, a erosão da privacidade e o poder das redes, instigando o leitor a compreender que a comunicação, quando dissociada de responsabilidade, pode se tornar instrumento de exclusão e desinformação. Propõe, portanto, uma ética comunicacional que recupere a verdade e o diálogo como valores públicos essenciais.

A Profa. Dra. Renata da Rocha, no capítulo *“Por uma Ética comprometida com a Efetivação dos Direitos Humanos”*, encerra o livro com uma reflexão sobre a dignidade humana como fundamento ético universal. A autora retoma o diálogo entre ética e cidadania no campo jurídico e político, reafirmando que os direitos humanos não são apenas princípios abstratos, mas exigências concretas de justiça, igualdade e cuidado com o outro. Seu texto propõe uma ética que se realiza no cotidiano, nas relações, nas instituições e nas decisões, como prática ativa da cidadania.

O capítulo *“Por uma Ética comprometida com a Cidadania: Tecnociência”*, proposto por Prof. Fabio Silva Lopes se propõe a apresentar uma reflexão sobre conhecimento, tecnociência e aborda o contexto da inteligência artificial e discute as questões que envolvem a ética no que se refere ao impacto e às transformações sociais impulsionadas pela Tecnociência.

Por fim, no capítulo *“Ética na Tecnociência sob o olhar do pesquisador”*, o Prof. Dr. Fábio Jesus Moreira de Almeida amplia esse debate ao abordar a interdependência entre ética, tecnologia e humanidade. Sua reflexão destaca o papel do cientista e do pesquisador como agentes morais, responsáveis por antecipar as consequências de suas descobertas. Em tempos de automação e inteligência artificial, o texto provoca o leitor a repensar o que significa ser humano em um mundo cada vez mais mediado por máquinas e algoritmos.

Cada capítulo, a seu modo, ecoa o espírito do simpósio: o de pensar a ética ampliando a compreensão conceitual para uma compreensão enquanto experiência viva, na qual, o diálogo proposto visa lançar o olhar sobre a ciência, o trabalho, a comunicação e as relações humanas. Em tempos de incertezas e rupturas, *Por uma Ética comprometida com a Cidadania* convida à reflexão sobre a busca de uma educação integral do humano e de sua formação para o pleno exercício da cidadania, a partir das diferentes dimensões da vida social e acadêmica, convidando o leitor a pensar criticamente os desafios éticos que permeiam o nosso tempo.

CONFERÊNCIA DE ABERTURA POR UMA ÉTICA COMPROMETIDA COM A CIDADANIA¹

REV. DR. ROBINSON GRANGEIRO MONTEIRO

O tema da ética comprometida com a cidadania pode ser elucidado de maneira significativa através de referências culturais e literárias. Um exemplo pertinente é a canção "*Senhor Cidadão*" de Tom Zé, gravada em 1972. A letra da canção possui uma poesia concreta, um desvio notável do estilo usual do compositor, que parece ter sido inspirada pelo poema "*Cidade, City, Cité*", de Augusto de Campos.

No poema, através de uma série de perguntas dirigidas a um sujeito anônimo, denominado "*senhor cidadão*", o movimento tropicalista questiona a concepção de uma cidade ideal. Essa cidade, representada de forma figurada pelo "*senhor cidadão*", está distante da cidadania ideal. A figura anônima do "*senhor cidadão*" é personificada por qualquer transeunte em uma grande cidade como São Paulo, simbolizando o cidadão comum.

A poesia de Tom Zé traça uma linha que conecta a subjetividade existencial do sujeito "*senhor cidadão*" com a realidade concreta de suas relações no universo urbano, repleto dos conflitos experimentados diariamente, como o trajeto entre casa e trabalho.

Portanto, a intenção da letra da música é utilizar essa figura anônima e real para questionar a luta pela cidadania como um direito de todos os brasileiros, uma questão que permanece relevante até os dias de hoje. Esta análise literária serve como uma introdução à reflexão sobre a cidadania e ética, enfatizando a necessidade de um compromisso contínuo com esses valores na sociedade contemporânea.

Um aspecto surpreendente dessa poesia é que, em determinado ponto, Tom Zé aborda a origem comum de todos os seres humanos, apesar de ele mesmo não ser uma pessoa religiosa. Por exemplo, a poesia fala dos "*dentes de barro*", que

¹ Transcrição da Conferência de Abertura do Simpósio de Ética e Cidadania "Por uma ética comprometida com a cidadania", realizado nos dias 09 e 10 de agosto de 2023, na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

ele e o tal do 'senhor cidadão' têm em comum, destacando tanto as semelhanças quanto diferenças entre eles, assim como acontece com todos os seres humanos:

"Senhor cidadão, me diga. Por quê, me diga?
Que você anda tão triste? Oh, senhor cidadão, eu quero saber.
Eu quero saber com quantos quilos de medo.
Com quantos quilos de medo se faz uma tradição?
Oh, senhor cidadão, eu quero saber, eu quero saber
com quantas mortes no peito.
Com quantas mortes no peito se faz a seriedade.
Senhor cidadão, senhor cidadão, eu e você, eu e você temos coisas até parecidas, por exemplo, nossos dentes,
Senhor cidadão da mesma cor, do mesmo barro,
Senhor cidadão, enquanto os meus guardam sorriso, senhor cidadão, os teus não sabem senão morder.
Que vida amarga, senhor cidadão."
(TOM ZÉ, 1972)

O "barro" mencionado na poesia de Tom Zé simboliza a diferença entre a cidadania ideal e a cidadania real. Pode ser também aludido uma referência à criação divina, onde todos os seres humanos foram formados do pó ou do barro da Terra, sobre o qual Deus soprou o fôlego da vida, tornando-nos seres vivos. Em outras palavras, denota que toda humanidade é criada à imagem de Deus, que é o maior privilégio que uma criatura pode ter.

Além disso, a música citada pode ser relacionada com o termo "confessionalidade", amplamente utilizado em nossas falas institucionais, mas que, devido ao seu uso frequente e muitas vezes inadequado, desenvolveu múltiplas camadas de significado. Certamente, é necessária uma obra de restauro profundo que revele novamente a cor e o brilho de sua originalidade. Então, surge a pergunta: o que seria a confessionalidade que, para o Mackenzie, é o melhor fundamento para a ética e a cidadania?

É plenamente possível que essa confessionalidade nos remete à ideia de cidadania plena, consignada em nossa missão constitucional. Desde que assumi a chancelaria em 2020, tenho me disciplinado a relembra a missão institucional do Mackenzie, que afirma que nosso objetivo é "*educar e cuidar do ser humano, criado à imagem de Deus, para o exercício pleno da cidadania em um ambiente de fé cristã reformada*".

Essa missão não é um dogma de catequese, pois até pequenas variações nos termos não invalidam a sua essência, desde que se mantenham alguns elementos fundamentais. Nessa minha fala, conecto essa missão à música de Tom Zé e ao

conceito de cidadania. Note que a missão contém apenas dois verbos: educar e cuidar.

O verbo "cuidar" foi formalmente incorporado à missão após o Mackenzie expandir seus serviços para incluir a saúde. No entanto, cuidar sempre fez parte da essência da instituição, pois a educação que não cuida, acabar por descuidar de sua própria essência. O educador é, antes de tudo, um cuidador do saber *per se*, assim como daqueles que aprendem. Portanto, não são apenas os profissionais de saúde no Mackenzie que devem se preocupar com o cuidado; educar é, intrinsecamente, cuidar.

Se o Mackenzie deixar de cuidar enquanto educa, deixará de existir em sua razão de existir. Por conseguinte, a prática de "cuidar educando" e "educar cuidando" é esperada de todos, desde o presidente da instituição até os colaboradores que operam atividades das mais simples. Esse princípio orienta a ação de todos no Mackenzie. Essa missão é compartilhada por todos, independentemente de suas crenças religiosas. Sendo uma missão institucional, é a missão de cada um de nós, presbiterianos ou não.

A missão de educar e cuidar, que é responsabilidade de cada um de nós no Mackenzie, deve ser compreendida no seu fundamento confessional, que confere um tom e um sabor distintos a essa tarefa. Ao investigar as premissas subjacentes a essa missão, podemos identificar que no Mackenzie se educa cuidando e se cuida educando, por se considerar, todo ser humano como criado à imagem de Deus. Esse enfoque não segrega, mas amplia a compreensão do cuidado e da educação. Reconhecemos que o ser humano, criado à imagem de Deus, implica em uma dignidade intrínseca a todos, independentemente de etnia, credo, ideologia ou qualquer outro distintivo.

Esse princípio singular de que todo ser humano é criado à imagem de Deus acaba abrangendo mesmo aqueles que não compartilham dessa crença criacionista e antropológica. O Estado brasileiro, que nos concede a licença de educar, deve permanecer laico, garantindo que tanto crentes quanto não crentes sejam tratados como cidadãos iguais. E isso não colide com a implicação natural de, sendo uma instituição confessional nos termos da Constituição Federal, considerar que todos são criados à imagem de Deus e, conseqüentemente, consignar o reconhecimento explícito da dignidade intrínseca de cada indivíduo, pois esse princípio de dignidade humana é refletido na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal. Ambos os documentos afirmam que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos, dotados de razão e consciência, e devem agir uns em relação aos outros com fraternidade. Além disso, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

Para combater toda forma de discriminação que contraria a ideia de que todos são imagem de Deus, é garantido que todos têm capacidade para gozar dos direitos e liberdades estabelecidos na declaração, sem distinção de raça, cor, sexo,

língua, religião, opinião política, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição. Consequentemente, todos são iguais perante a lei, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade de certos direitos fundamentais, como vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade. Esses direitos civis, políticos e sociais são amplamente reconhecidos, conforme a estratificação do conceito moderno de cidadania proposto pelo sociólogo britânico T.H. Marshall.

Contudo, é essencial compreender que tais direitos são aderentes à identidade do Mackenzie, que nasce da concepção de direitos naturais da pessoa humana e da concepção judaico-cristã da criação da humanidade. Portanto, a missão de educar e cuidar no Mackenzie é sustentada por um fundamento profundo: o reconhecimento de que cada ser humano, sem exceção, possui esses direitos perante o Criador.

Este privilégio de educar e cuidar não é apenas uma obrigação, mas uma oportunidade concedida por Deus para servir a todos que entram em contato com o Mackenzie, sejam calouros, egressos, professores, pacientes ou funcionários. Cada um deles possui essa dignidade intrínseca que orienta o compromisso de educar cuidando e cuidar educando de maneira distinta e fundamentada.

Em situações de dúvida sobre a justiça e a dignidade de uma ação ou decisão tomada por qualquer governante, gestor, educador ou colaborador do Mackenzie, a orientação pode ser encontrada na resposta de Jesus à pergunta do fariseu sobre quem é o próximo. A parábola do Bom Samaritano ensina que o próximo é aquele que está mais próximo, e a solidariedade deve ser assegurada, inclusive quando os direitos são violados.

Portanto, ética e cidadania são aspectos interligados de um conceito maior: o amor ao próximo. Este amor deve ser a base de todas as ações e decisões no Mackenzie. Ao examinar a missão institucional do Mackenzie, vemos que ela se realiza em um ambiente de fé cristã reformada. Este ambiente, entendido como cultura, sustenta a solidariedade e o amor ao próximo, que devem ser praticados no ato de educar e cuidar, em consonância com a fé cristã reformada.

Na retórica de Aristóteles, conhecemos três pilares fundamentais para promover compreensão, convencimento e mobilização: *pathos*, *logos* e *ethos*. Enquanto *pathos* e *logos* tratam, respectivamente, das instâncias emocionais e lógicas da mente humana, o *ethos* busca na ética seu fundamento mais estruturante.

É possível ser tocado nas emoções e convencido na razão, mas sem o *ethos*, palavras ou ações podem ser semelhantes a sementes roubadas pelas aves do caminho, sufocadas pelos prazeres da vida ou ressecadas pelas provações da existência, como nos adverte a parábola do semeador contada por Jesus.

Ethos apela à formação de caráter e deriva dele a palavra ética, tema central do nosso simpósio. A ética adotada por um grupo ou instituição social forja justamente

o *ethos*, que garante credibilidade e capacidade de mobilizar o potencial humano. O respeito e a confiança em uma proposta educacional e de saúde não são conquistados apenas por competências técnicas, mas por uma ética posta à prova, internalizada em uma moral individual e assumida como política institucional.

Uma ética comprometida com a cidadania transcende critérios de avaliação quantitativa nos índices institucionais de resultados. É o intangível mais perceptível que o espírito humano pode alcançar, algo que a alma humana identifica por virtude de origem, não por vício da queda. Essa ética é a essência do 'espírito mackenzista', uma expressão difícil de explicar, mas facilmente compreendida, parafraseando Cecília Meireles.

É a personificação institucional daquele que sopra onde quer, vindo de onde nem se imagina, movendo corações para lugares imprevistos. Quem tem ouvidos para ouvir, ouça o que este evento diz: o vento da ética deve continuar soprando entre nós como um distintivo, singularizando os cuidados na educação e na saúde promovidos pela nossa instituição.

Nunca se imaginem como meros usuários desses serviços, pois a relação transcende essa noção. Este ecossistema institucional, alimentado pela fé cristã reformada, não legou à civilização apenas uma proposta de reforma religiosa e de culto, ou sinteticamente, teológica, mas um compromisso de servir educando e cuidando de pessoas de todas as religiões, línguas, tribos e nações.

Estabelecendo um paralelo com nossa missão de promover uma ética comprometida com a cidadania, retorno à música de Tom Zé. Em oito diferentes momentos de sua poesia, o autor clama ao seu "senhor cidadão", que poderia ser qualquer um de nós, inclusive ele mesmo. Em um trecho da poesia de Tom Zé, ele diz: *"Eu quero saber"*. Na última vez, ele pergunta: *"Oh, senhor cidadão, eu quero saber, eu quero saber se a tesoura do cabelo, se a tesoura do cabelo também corta a crueldade"*.

A qual '*crueldade*' se referia Tom Zé? Talvez ao costume predominante nos anos 70, quando ele escreveu essa poesia, de distinguir, entre aspas, o "cidadão de bem" que tinha direito a ter o cabelo longo, daqueles que não eram considerados assim e tinham suas cabeças raspadas. Estes últimos eram frequentemente submetidos ao rigor da lei, sem desfrutar dos benefícios da cidadania ideal e concreta. Para ele, a grande questão era se a mesma tesoura que cortava e raspava cabelos poderia também cortar a crueldade contra eles perpetrada.

O ponto central da nossa missão institucional, e repito, se é da instituição, é de cada um de nós, é o propósito de existir do Mackenzie, que é o exercício pleno da cidadania, o que está no meio da frase, dando foco àquilo que fazemos. Ainda hoje, às vezes, me confundo e digo "exercício da cidadania plena" em vez de "exercício pleno da cidadania". Parece não fazer diferença, mas faz. Porque a cidadania, se não for plena, não é cidadania. Ela precisa ser exercitada plenamente por cada um de nós, no Mackenzie e na sociedade.

Eu não consigo ver, ao longo da história, um maior vetor para a capacitação de uma pessoa, a fim de que ela exerça plenamente o exercício da cidadania plena, do que a educação. Consegue-se dar mais cidadania a um sujeito do que se faz por meio da educação?

Como acontece em todos os inícios de semestre, recebo uma pilha de pedidos de intercessão para bolsas de estudo nesta instituição. Um deles, sem quebrar o anonimato do solicitante, passo a relatar a seguir, sobre uma pessoa que veio de outro país e disse para mim, numa frase no meio de seu argumento, tentando convencer-me a interceder junto à gestão para que lhe concedesse uma bolsa: *"Eu só vim ao Brasil porque aqui eu poderia me educar e voltar para o meu país e ensinar o que é ser cidadão"*.

Por isso eu repito, não consigo ver, ao longo da história, um maior vetor para a capacitação de uma pessoa, a fim de que vivencie o exercício supremo da cidadania, do que o que fazemos nesta instituição. Fora disso, resta a tesoura que corta, mas não consegue cortar a crueldade.

Estamos aqui para cortar crueldades por meio da educação. Que Deus nos dê a capacidade de fazer isso como professores e discentes, na nossa formação plena para o exercício pleno da cidadania.

Referências

TOM ZÉ. Senhor Cidadão, 1972.

1. POR UMA ÉTICA COMPROMETIDA COM A CIDADANIA: MUNDO DO TRABALHO

PROF. DR. RODRIGO AUGUSTO PRANDO²

Introdução

O capítulo, a seguir, é resultado de uma exposição no Simpósio de Ética e Cidadania, na mesa intitulada “Por uma ética comprometida com a cidadania: mundo do trabalho”, em 2023, na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Optou-se, neste escrito, por um estilo ensaístico, conjugando reflexões teóricas, bem como observações empíricas por parte de seu autor no que tange às leituras sociológicas acerca do trabalho e alguns de seus atuais desdobramentos.

Uma pergunta, portanto, norteará este capítulo: os conhecimentos oriundos dos autores clássicos e contemporâneos podem, ainda, ajudar na compreensão da realidade do trabalho no século XXI?

Assim, dividiu-se o texto em: 1) O trabalho e os clássicos da Sociologia – com destaques às obras e conceitos de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx; 2) O trabalho e a sociedade brasileira – retomando as discussões da chamada “Geração de 1930”, com Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior; e, por fim, 3) As Considerações Finais: o trabalho no bojo da Pandemia de Covid-19 e as ideias de Byung-Chul Han e Domenico De Masi. Por certo, autores, teorias, ideias e conceitos, aqui, serão retomados de forma panorâmica por uma questão de brevidade dado à limitação do tamanho do presente capítulo.

Á guisa de um ensaio – conforme asseverado – conjugar-se-á elementos teóricos de autores clássicos e contemporâneos às reflexões atinentes ao mundo do trabalho neste início de século XXI. Nas Considerações Finais, buscar-se-á responder a pergunta norteadora e, também, apontar prováveis desdobramentos para a continuidade de novas pesquisas ou artigos junto à comunidade acadêmica.

² Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O trabalho e os Clássicos da Sociologia

Dos autores clássicos da Sociologia, Émile Durkheim dedica especial atenção em seu estudo acerca do trabalho em sua obra "Da divisão do trabalho social", de 1893. Na perspectiva do autor, o trabalho é essencial à sociedade não pelo seu aspecto econômico, de sua divisão entre os indivíduos e grupos, mas, sobretudo, por sua capacidade de conectar-se aos tipos de solidariedade e à consciência coletiva. Em suas palavras:

[...] a divisão do trabalho desempenharia um papel muito mais importante do que se lhe atribui comumente. Ele não serviria para dotar nossa sociedade de um luxo, invejável talvez, mas supérfluo; ela seria uma condição de existência da sociedade. Graças à divisão do trabalho, ou pelo menos por seu intermédio, se garantiria a coesão social; ela determinaria os traços essenciais da constituição da sociedade. Por isso mesmo, e ainda que não possamos por enquanto resolver rigorosamente a questão, pode-se, no entanto, entrever desde já que, caso seja essa realmente a função da divisão do trabalho, ela deve ter um caráter moral, porque as necessidades de ordem, de harmonia e de solidariedade social são geralmente consideradas morais (Durkheim, 2006a, p. 66).

No bojo do postulado Positivista a ordem é essencial para o progresso e, por isso, na dimensão evolutiva, teríamos sociedades simples que, paulatinamente, se tornariam mais complexas. As sociedades simples – primitivas, tribais – teriam uma baixa divisão do trabalho, solidariedade do tipo mecânica e alta consciência coletiva. Ao passo que as sociedades complexas – as industriais, de acordo com o sociólogo francês – apresentariam alta divisão do trabalho, solidariedade do tipo orgânica e baixa consciência coletiva. Antes, contudo, de avançar nos conceitos atinentes aos tipos de solidariedade convém elucidar o que o autor entende por consciência coletiva:

O conjunto de crenças e de sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem sua vida própria; pode-se chamá-lo de *consciência coletiva* ou *comum*. Sem dúvida, ela não tem por substrato um único órgão, ela é, por definição, difusa em toda e extensão da sociedade; mas não tem menos caracteres específicos que a tornem uma realidade distinta. Com efeito, ela independe das condições particulares em que se encontram os indivíduos; estes passam e ela permanece (Durkheim, 2006b, p. 74).

A consciência coletiva, portanto, é aquela que determina, no processo de socialização, as consciências individuais. O indivíduo, ao nascer, já encontra uma

sociedade pronta e, por isso, deverá seguir um comportamento previamente entendido como normal, de acordo com o tipo de sociedade e com o seu estágio de desenvolvimento social.

Numa sociedade simples, com baixa divisão do trabalho, os indivíduos, pouco diferenciados, constituem um tipo de solidariedade por igualdade, similitude, já que suas funções são praticamente as mesmas ou muito próximas naquele ambiente social. Por isso:

Daí resulta uma solidariedade *sui generis* que, nascida das semelhanças, liga diretamente o indivíduo à sociedade, mostraremos melhor, no próximo capítulo porque nos propomos a chamá-la mecânica. Esta solidariedade não consiste somente numa ligação geral e indeterminada do indivíduo ao grupo, mas torna também harmônicos os pormenores dessa conexão. De fato, como os objetos coletivos são sempre os mesmos, produzem sempre os mesmos efeitos. Consequentemente, cada vez que eles se desencadeiam, os desejos se movem espontânea e conjuntamente no mesmo sentido (Durkheim, 2006b, p. 76).

Já nas sociedades industriais, complexas, mais desenvolvidas. A solidariedade é a orgânica, já que, como num organismo cada órgão tem sua função particular, com a alta divisão do trabalho, os indivíduos não se ligam agora pela semelhança e sim pela diferenciação, pela especialização na divisão do trabalho. A Sociologia durkheimiana é uma teoria que privilegia a totalidade social, a força da coletividade impondo-se à consciência individual, uma chave explicativa que busca conservar essa sociedade em sua harmonia funcional (ordem e progresso, não nos esqueçamos!).

Max Weber, por sua vez, não advoga uma preocupação com totalidades sociais, ao contrário, sua metodologia assenta-se na Sociologia Compreensiva e “Sociologia [...] significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos” (Weber, 1999, p.3). No caso, Weber constitui uma tipologia das ações sociais: ação social tradicional, ação social emocional/afetiva e ação social racional – esta pode ser com relação a fins/objetivos e com relação a valores (Weber, 1999; Aron, 1995).

A questão do trabalho, na obra de Weber, pode ser observada, dentre outros escritos, em seu clássico livro: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Segundo Aron (1995, p. 491), Weber “demonstrar que a conduta dos homens nas diversas sociedades só pode ser compreendida dentro do quadro de concepção geral que estes homens têm da existência. Os dogmas religiosos, e sua interpretação, são partes integrantes dessa visão de mundo [...]”.

A tese central de Weber (2008) é que há uma adequação significativa entre a ética protestante e o espírito do capitalismo. Assim, fará a definição de capitalismo –

seu “espírito” – e da ética protestante, em sua vertente calvinista. O capitalismo, no Ocidente Moderno, traz em seu bojo não apenas a busca do lucro, mas sim a busca racional do lucro, ou seja, alicerça-se sobre a existência de empresas e a organização racional do trabalho e da produção, na qual se destacam a ciência e técnica. Em resumo: o capitalismo caracteriza-se pela busca racional do lucro.

No que tange à ética protestante – por ele destacada em sua dimensão calvinista – significa “relacionar de modo compreensivo um pensamento religioso com uma atitude a respeito de certos problemas de ação” (Aron, 1995, p. 497). Vale, aqui, valer-se da síntese apresentada por Aron, aduzindo que essa ética é calvinista e inspira-se no texto da Confissão de Westminster, de 1647:

- Existe um Deus absoluto, transcendente, que criou o mundo e o governa, mas que não pode ser percebido pelo espírito finito dos homens.
- Esse Deus todo-poderoso e misterioso predestinou cada um de nós à salvação ou à condenação, sem que, por nossas obras, possamos modificar esse decreto divino.
- Deus criou o mundo para sua glória.
- O homem, que será salvo ou condenado, **tem o dever de trabalhar** para a glória de Deus, e de criar seu reino sobre a terra.
- As coisas terrestres, a natureza humana, a carne, pertencem à ordem do pecado e da morte; a salvação só pode ser para o homem um dom totalmente gratuito da graça divina (Aron, 1995, p. 497-498 – grifo nosso).

Aqui, de forma clara, límpida, Aron (1995) traz à tona o elemento fundamental no que tange ao trabalho: é um dever, um dever do homem para a glória de Deus. Todavia, esse calvinista não sabe se será salvo ou condenado, já que Deus está, de antemão, interditado para o homem. Há, neste caso, uma angústia acerca da incerteza da salvação e este crente procurará sinais de que é um escolhido, que será salvo. O trabalho, árduo, cotidiano, vocacionado, será gerador de riqueza ou de melhorias na vida destes indivíduos, sejam operários ou os próprios capitalistas e esses serão sinais de sua escolha, segundo a interpretação de Weber (2008).

Em suas palavras:

Nosso desejo é apenas o de verificar se, e em que medida, as influências religiosas participaram da moldagem qualitativa e da expansão quantitativa desse “espírito” pelo mundo, e quais aspectos concretos da cultura capitalista resultem delas [...] só poderemos prosseguir se investigarmos se e de que forma ocorreram certas correlações entre o movimento religioso e a ética vocacional [...] o movimento religioso agiu sobre o desenvolvimento da cultura material (Weber, 2008, p. 49-50).

Indicando que o primeiro e principal pecado, a perda de tempo, deve ser condenada, ao passo que “o mais importante é que o trabalho constitui, antes de mais nada, a própria finalidade da vida” (Weber, 2008, p. 87). E mais:

A riqueza, desta forma, é condenável eticamente, só na medida que constituir uma tentação para a vadiagem e para o aproveitamento pecaminoso da vida. Sua aquisição é má somente quando é feita com o propósito de uma vida posterior mais feliz e sem preocupações. Mas, como empreendimento de um dever vocacional ela não é apenas moralmente permissível, como diretamente recomendada (Weber, 2008, p. 89).

O calvinista, portanto, está, valorativamente, ligado à “ênfase do significado ascético de uma vocação fixa [que] propiciou uma justificação ética para a moderna divisão do trabalho” (Weber, 2008, p.89). Ademais, “o poder da ascese religiosa, além disso, colocava à sua disposição trabalhadores sóbrios, conscientes e incomparavelmente esforçados, que se aferraram ao trabalho como a uma finalidade de vida desejada por Deus” (Weber, 2008, p. 97).

Weber, clássico da Sociologia, apresenta em sua obra, a importância dos valores, mormente os religiosos, como capazes de formar uma cosmovisão e esta coaduna-se aos problemas práticos da vida cotidiana, especialmente, uma ação social na qual o trabalho é vocacionado e o comportamento ascético será fundamental para o desenvolvimento do capitalismo.

Por fim, no bojo dos clássicos da Sociologia, há que se referenciar Karl Marx – e seu parceiro intelectual Engels – na busca de se desvendar o trabalho. Sabidamente, Marx, diferente de Durkheim e Weber, não se contenta em explicar como a sociedade é; Marx quer explicar como a sociedade deveria ser. Marx é – a um só tempo – um cientista social e um militante, quer apresentar a anatomia do que chama de modo de produção capitalista e, ainda, propor sua superação, por meio da revolução proletária. Segundo Ianni:

A análise do regime capitalista de produção não se restringe às relações econômicas, se bem que pareça iniciar-se neste ponto. Ao analisar o capitalismo, Marx apanha os fenômenos como fenômenos sociais totais, nos quais se sobressaem o econômico e o político, como suas manifestações combinadas e mais importantes das relações entre as pessoas, grupos e classes sociais (Ianni, 1984, p.7).

E mais:

Ao integrar criticamente as contribuições da Filosofia clássica alemã, do socialismo utópico francês e da economia clássica inglesa, Marx elaborou,

simultaneamente, o método de análise e a interpretação do capitalismo. Este é um aspecto essencial do pensamento de Marx< o materialismo dialético e o materialismo histórico são dois elementos principais e conjugados do mesmo processo teórico-prático de reflexão sobre o capitalismo. Na obra de Marx, o capitalismo é levado a pensar-se a si mesmo, de maneira global e como um modo fundamentalmente antagônico de desenvolvimento histórico (Ianni, 1984, p. 7-8).

Em seu escrito em parceria com Engels – *A ideologia alemã (Feuerbach)* – os autores asseveram que a vida social tem uma dimensão material e, neste caso, estão envolvidos num debate intelectual em relação às teses de Feuerbach, que se apresenta como incapaz de superar o idealismo hegeliano (Marx; Engels, 1996).

Para Marx e Engels:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material (Marx; Engels, 1996, p. 27).

Num trecho já consagrado desta obra, os autores asseveram:

Totalmente ao contrário do que ocorre na filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui, se ascende da terra ao céu. Ou, em outras palavras: não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados ou representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõem-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida [...] A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (Marx; Engels, 1996, p. 37).

As preocupações teóricas de Marx e Engels, no caso em tela, foi a de distanciar-se da filosofia idealista e, assim, construir a interpretação da realidade social tendo como fundamento a vida dos homens, sua vida prática, concreta, na sua base material. A consciência é, neste caso, produto das condições materiais de existência. Condições estas que o ser humano transforma num metabolismo com a natureza e outros seres humanos. Condições que já estão dadas e que, por meio do trabalho, são modificadas. É nesse sentido que o trabalho, em Marx, ganha absoluta relevância. O trabalho é, para

Marx, elemento definidor da própria humanidade, da diferença do homem em relação ao animal. Um trabalho, no entanto, pensado, projetado.

Em *O capital* – Crítica da Economia Política – Marx investiga, no Livro Primeiro, “O processo de produção do capital” e, especialmente, na Seção III, “A produção da mais-valia absoluta”, no capítulo V, o processo de trabalho. Assim:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem (Marx, 1988, p. 142).

Na sequência, Marx apresenta a diferença do trabalho humano para os animais:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente [...] Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios (Marx, 1988, p. 142-143).

Encontra-se, aqui, o trabalho numa dimensão libertadora para o homem. Um trabalho orientado, cuja finalidade é idealmente concebida. O ser humano tem a capacidade de, antes de iniciar o processo de trabalho, projetar seu resultado. Há, também, em Marx, o trabalho com sua dimensão que aprisiona, explora, o trabalhador, um trabalho alienante. O salário, de acordo com Marx, é sempre menor do que, efetivamente, o trabalhador produziu para o capitalista. É o conhecido conceito de mais-valia. E, para Ianni, “na divisão social do trabalho, que impera na indústria, o processo de dissociação entre o produtor e a propriedade dos meios de produção alcança os seus maiores desenvolvimentos” (Ianni, 1984, p. 16).

O proletário (vendedor de força de trabalho), classe antagônica ao burguês (este proprietário dos meios de produção), vê-se no âmago de um processo de produção fragmentado e alienador:

Devido à fragmentação do processo produtivo, o operário é levado a utilizar parte das suas faculdades criativas. Toda a sua energia tende a esgotar-se na sucção de trabalho vivo pelo trabalho morto, isto é, na cristalização do trabalho vivo segundo as determinações do capital. Muitas vezes, pois a divisão social do trabalho traz consigo distorções no desenvolvimento e na expressividade física e espiritual do operário. Nesses sentidos é que a máquina aparece metaforicamente digerindo o operário. Esse grau de alienação, que passa pela divisão social do trabalho na fábrica, em cada setor econômico e na sociedade, é uma determinação da produção de mais-valia relativa (Ianni, 1984, p. 16).

Ociosos, aqui, trazer à tona não apenas as reflexões científicas no campo do marxismo em relação à exploração do trabalho e à alienação do trabalhador, mas as manifestações artísticas³ que, com precisão, captam esse processo deslindado por Marx.

O trabalho, conforme se depreende da exposição acima – dos clássicos da Sociologia – é tema central para o entendimento da sociedade. Seja a sociedade industrial com solidariedade orgânica, de acordo com Durkheim; seja a adequação significativa da ética protestante e do espírito do capitalismo, nas propostas de Weber; e, não menos importante, na literatura atinente ao materialismo histórico de Marx e Engels, estes não apenas desejando explicar a sociedade e sim transformá-la numa superação do modo de produção capitalista.

O trabalho e a sociedade brasileira: a Geração de 1930

No Brasil, há, também, uma trindade explicativa e que, em muitos casos, recorrem aos autores clássicos da Sociologia, acima tratados. Conhecidos como autores da “Geração de 1930”.⁴ Assim, há no âmbito de um ensaísmo sociológico, Gilberto Freyre, com *Casa grande & senzala*; Sérgio Buarque de Holanda, com *Raízes do Brasil* e Caio Prado Júnior, com *Formação do Brasil contemporâneo*; publicados

³ No campo das artes, pode-se consultar o filme “Tempos Modernos”, de Chaplin, na grande metáfora da máquina que “engole” o trabalhador. Há a canção de Chico Buarque, “Cotidiano”, na qual apresenta-se a vida cotidiana, repetitiva, alienada, de um trabalhador que quer dizer não, mas lembra da vida pra levar e se cala com a boca de feijão. Ou, ainda, a canção “Cidadão”, de Zé Ramalho, do sentimento de angústia e tristeza daquele que trabalhou, construiu, mas não tem acesso ao fruto de seu trabalho e é olhado com desconfiança. Por fim, cabe lembrar uma fala constante de José de Souza Martins, Professor Emérito da Universidade de São Paulo, sociólogo e estudioso da formação anômala de nosso capitalismo. Martins conta de um curso que ministrava para trabalhadores rurais e explicava Marx e muito dos conceitos aqui tratados. E, em dado momento, questionou se estavam entendendo e uma mulher, jovem, mas de rosto maltratado pelo corte da cana de açúcar, respondeu que sim, que ela entendia. Ela e seu marido trabalhavam na lavoura, cortando cana. À noite, em casa, no momento da intimidade, quando o marido a procurava para fazer amor, ela não conseguia, já que seu corpo doía muito. E, assim, ela disse que ela saia do canavial, mas o canavial não saía dela e que o corpo já não era mais dela e sim do canavial. Martins aduz que essa é uma das mais límpidas compreensões daquilo que Marx escreveu acerca da alienação, do fetichismo e da reificação.

⁴Convém, caso o leitor tenha interesse, conhecer o escrito de Antonio Candido: “O significado de *Raízes do Brasil*” que, originalmente, foi um dos mais famosos prefácios de nosso país. O texto encontra-se reproduzido em Holanda (2006, p. 235-250).

em 1933, 1936 e 1942, respectivamente. Estes pensadores foram, segundo Cardoso (2013), “pensadores que inventaram o Brasil”.

Freyre (2001) nos apresenta, em sua obra, *Casa grande & senzala* e seu subtítulo: “Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1”, já aquilo que pretende explicar na formação social brasileira. Contudo, é no seu primeiro capítulo que temos a verificação do conceito de trabalho: “Cap. I – Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida”. O trabalho, portanto, na formação da sociedade brasileira, foi, para o autor, escravo, do negro africano escravizado. Em suas palavras no Brasil há na: “[...] base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do **trabalho por meio da escravidão**, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor” (Freyre, 2001, p. 79 – grifo nosso).

Há que se atentar que Freyre não tem como ponto fulcral as contradições entre senhores e escravos, brancos e negros, não. Sua visão é de um certo equilíbrio entre estes contrários. Vejamos:

Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, como já salientamos às primeiras páginas deste ensaio, um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e mais profundo: o senhor e o escravo (Freyre, 2001, p. 125).

Prosseguindo com sua argumentação, Freyre (2001, p. 344) assevera não se interessar, senão indiretamente, sobre a importância do negro “na vida estética, muito menos no puro progresso econômico, do Brasil” e, por isso, “devemos, entretanto, recordar que foi imensa [...] no litoral agrário, muito maior, ao nosso ver, que a do indígena. Maior, em certo sentido, que a do português”. Em dois capítulos de sua obra, o autor dedica-se a desvendar o escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro. Obviamente, no que tange ao trabalho, Freyre (2001) aduz que o negro escravizado foi fundamental, seu trabalho, por isso, ganha relevância se comparado ao do indígena e ao do português. Essa visada teórica de Freyre, contudo, não será isenta de críticas.⁵ Embora Freyre não se enquadre no rol dos autores que consideram a miscigenação fonte dos problemas na formação de um povo

⁵ No âmbito das críticas a Freyre estão os autores da “Escola Paulista de Sociologia”, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Estes cientistas sociais queriam ultrapassar o ensaísmo ideologicamente comprometido de Freyre e fazer ciência, com recurso não apenas às teorias sociais, mas, sobretudo,

fraco, biologicamente, ao contrário, o pernambucano valoriza assaz esse encontro entre portugueses, negros e indígenas; mesmo assim, perduram as críticas que a visão do autor é a visão daquele que olha desde a casa grande, com sua ideologia patriarcal e elitista.

Já Holanda (2006) traz à tona, numa perspectiva inspirada na Sociologia Compreensiva weberiana, importantes ideias acerca de nossa formação histórica. O livro, *Raízes do Brasil*, estrutura-se em sete capítulos, contudo, é no capítulo 2 que se encontra o cerne daquilo que interessa a esse ensaio: “Trabalho & Aventura”. Num elogio ao português, em consonância com Freyre, Holanda afirma que na conquista dos trópicos os portugueses tiveram sua maior missão histórica. Essa conquista, todavia, pode ser entendida por meio de dois princípios que se combatem e regulam as atividades dos homens: o tipo aventureiro e o tipo trabalhador.

Cabe, assim, ao tipo aventureiro “colher o fruto sem plantar a árvore”, um tipo que “ignora as fronteiras” e “no mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes (Holanda, 2006, p. 34).

Ao contrário, o tipo trabalhador é “aquele que primeiro enxerga a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar” e, por isso, em sua ação, é conduzido pelo “esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante” e seu “campo de visual é naturalmente restrito” e, conseqüentemente, “a parte maior que o todo” (Holanda, 2006, p. 34-35). Em síntese:

Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção *espaçosa* de mundo, característica desse tipo (Holanda, 2006, p. 35).

Explicitando que estes são “tipos ideais” – no sentido weberiano – e que, na realidade, não se apresentam puros e, não raro, há múltiplas combinações. Mesmo assim na “colonização dos novos mundos coube ao “trabalhador”, no sentido aqui compreendido, papel muito limitado, quase nulo” (Holanda, 2006, p. 35).

As conseqüências dessa conduta aventureira ao invés de uma ética do trabalho ganham força na organização de nossa vida econômica, social e política. Aqui,

com pesquisas empíricas capazes de corroborar a tese de que nossa escravidão não havia sido uma conjugação equilibrada dos antagonismos.

no Brasil, para Holanda (2006, p. 45), “todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios”. A estrutura foi de uma colônia cuja exploração da terra teve no trabalho do negro escravizado seu fundamento econômico. A escravidão, assim, fez com que:

No Brasil, a organização dos ofícios segundo moldes trazidos do reino teve seus efeitos perturbadores pelas condições dominantes: preponderância absorvente do trabalho escravo, indústria caseira, capaz de garantir relativa independência aos ricos, entretendo, por outro lado, o comércio, e, finalmente, escassez de artífices livres na maior parte das vilas e cidades (Holanda, 2006, p. 51).

Numa forte crítica à escravidão e sua influência duradoura em nossa nacionalidade, afirma que:

Sinuosa até na violência, negadora de virtudes sociais, contemporizadora e narcotizante de qualquer energia realmente produtiva, a “moral das senzalas” veio a imperar na administração, na economia e nas crenças religiosas dos homens do tempo. A própria criação do mundo teria sido entendida por eles como uma espécie de abandono, um languescimento de Deus (Holanda, 2006, p. 56).

Leitor de Weber, Holanda esforça-se, interpretativamente, para entender como, no Brasil, as ações sociais racionais (com relação a fins e a valores) acabaram perdendo espaço para o espírito aventureiro, não obstante, com ações emocionais e tradicionais no bojo de nossa sociedade. Sem dúvida, o português aventureiro foi primordial na conquista e colonização desta vasta região tropical, no entanto, a preponderância do espírito aventureiro – junto com a escravidão – criou obstáculos enormes à consolidação de uma ética do trabalho, do trabalho vocacionado, da racionalidade, da impessoalidade e da separação entre os espaços públicos e privados, tudo isso mais bem trabalhado pelo autor no conceito de “homem cordial”.⁶

E, *last but not least*, há Caio Prado Júnior que, diferente de Holanda, recorre à chave explicativa do materialismo histórico, portanto, de fonte marxista. Prado Júnior (2000) assevera que nossa colonização é, na verdade, desdobramento da expansão do capitalismo comercial europeu. Estaríamos, portanto, na condição de uma colônia e com nexo econômico, mas não apenas, com a metrópole: Portugal. É

⁶ O conceito de homem cordial é um dos conceitos mais maltratados no mundo das ideias brasileiras. Não raro, os que o utilizam o fazem a partir de um equívoco de que cordial, aqui, seria educação, polidez, refinamento no trato com os demais. Nada disso. Na acepção buarquiana, o homem cordial é aquele que age pautado nas emoções, numa ação transbordante de afeto e, na grande parte das vezes, incapaz de uma conduta racional, impessoal e capaz de separar, por exemplo, interesses familiares e particulares dos interesses públicos, estatais.

assim que, em sua obra, Prado Júnior (2000) busca ir à essência de nossa colonização, ou, em suas palavras, buscou o “sentido da colonização”.

Assim, Prado Júnior (2000, p. 11), afirma: “em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu”. É no âmago do modo de produção capitalismo, em seu desdobramento mundial, que Prado Júnior concentra sua análise. E, por isso:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde outro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção e considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e **recrutará mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados** (Prado Júnior, 2000, p. 20 – grifo nosso).

A obra – *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia* – constitui-se em três grandes eixos (derivados, como dissemos, de uma abordagem baseada no materialismo histórico): Povoamento, Vida Material e Vida Social. É mister destacar que tal divisão alicerça-se sobre os postulados de que a vida material – a base material, o modo de produção – determina a organização social, a vida social que aqui se consolidou na condição colonial. Não distante das ideias de Holanda, Prado Júnior (2000, p. 117), aduz que “na agricultura [a base material] [...], o elemento fundamental será a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos”. Segundo Prado Júnior (2000), no Brasil fixou-se não o tipo de colono europeu trabalhador e sim o explorador, o empresário de um grande negócio.

Acerca do escravo, complementa:

Não só Portugal não contava com população suficiente para abastecer sua colônia de mão-de-obra, como também já o vimos, o português, como qualquer outro colono europeu, não emigra para os trópicos, em princípio, para se engajar como simples trabalhador assalariado no campo. A **escravidão torna-se necessidade**: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais e mesmo subtropicais da América (Prado Júnior, 2000, p. 120 – grifos nossos).

E, buscando o ponto fulcral, à luz da nossa essência enquanto colônia, afirma: “os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o **trabalho escravo**” (Prado Júnior, 2000,

p. 121 – grifos nossos). Os reflexos da escravidão na vida social brasileira é, também, objeto de preocupação de Prado Júnior, pois o negro, aqui, não teve proteção de ninguém e, por isso, tornou-se um “verdadeiro “pária” social, nenhum gesto se esboçou em seu favor” (Prado Júnior, 2000, p. 284).

Praticamente toda a atividade econômica teve o trabalho escravo como elemento presente. A vida social, nossa organização, nossas instituições, nossa cultura política, enfim, tudo foi moldado pela força da escravidão em solo nacional. E:

Assim no campo como na cidade, no negócio como em casa, o escravo é onipresente. Torna-se muito restrito o terreno reservado ao trabalho livre, tal o poder absorvente da escravidão. E a utilização universal do escravo nos vários misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito de trabalho que se torna ocupação pejorativa e desabonadora (Prado Júnior, 2000, p. 286).

O impacto negativo, na ótica de Prado Júnior, da escravidão no cenário nacional fica nítida quando se depreende que o trabalho braçal será, assim, entendido como coisa de escravo, do negro escravizado. Serão poucas, em suas palavras, “as ocupações dignas [que] se destine ao homem livre” (Prado Júnior, 2000, p. 287).

Os autores da Geração de 1930 – Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior – são efetivos intérpretes da mudança ocorrida no Brasil em meados do século XX. Seus esforços analíticos são profundos e, muitas vezes, originais e isso marca de forma indelével o pensamento social brasileiro. Há visadas distintas que cada uma destas obras aqui tratadas pode despertar. No caso em tela, procurou-se, dentro de limites, deslindar a categoria trabalho e o processo de trabalho que foram tratados pelos autores. Em todos, note-se, há a preponderância da escravidão, da exploração do trabalho servil e de seu impacto em nossa sociedade, ainda que cada um destes autores tenha uma visão particular em alguns casos e complementares em outros.

O trabalho no bojo da Pandemia de Covid-19 e as ideias de Byung-Chul Han e Domenico De Masi

Poderíamos, neste momento, evocar diversos autores que, contemporaneamente, tratam das investigações do mundo do trabalho. Todavia, por questão de brevidade, escolheremos dois deles e, com eles, entremearremos algumas reflexões. São o filósofo coreano Byung-Chul Han, com seu escrito *Sociedade do cansaço* e o recentemente falecido Domenico De Masi, com seu “Trabalho no século XXI”. A leitura destas obras dera-se no período pandêmico e, por isso, coadunaram-se às modificações necessárias à continuidade da atividade de professor/pesquisador.

Em março de 2020, professores e alunos da Universidade Presbiteriana Mackenzie, deixaram o campus dada a necessidade de distanciamento social objetivando, naquele momento, achatamento da curva de contaminação pela Covid-19 e não colapsar o sistema de saúde nacional. Foi, sem dúvida, assaz estranho ter que repensar todo um cotidiano presencial, com ida ao campus, presença em sala de aula, encontro com alunos e colegas professores para uma nova configuração do trabalho: o home office. Em verdade, nunca foi estranho para professores universitários (e demais professores), pesquisadores e intelectuais o trabalho em casa. Parte das atividades docentes e de investigação científica tem um componente solitário, muitas vezes, na leitura, fichamento e redação de dissertações, teses, artigos e livros. Essa atividade intelectual, quase sempre, é no ambiente doméstico, em escritórios ou bibliotecas. O inusitado foi ministrar aulas de forma síncrona, com professor e alunos, ao vivo, online, no mesmo período e horário das aulas que eram desenvolvidas no ensino presencial.

Professores, alunos e as famílias tiveram que se adaptar ao contexto. Professores, muitas vezes, queriam que seus alunos estivessem com suas câmeras ativas e, com isso, vendo e se deixando ver pelo professor. Todavia, as telas dos computadores eram apenas quadrados escuros com os nomes dos alunos, já que eram raríssimos os casos daqueles que “abriam” suas câmeras. E, neste ponto, nem poderíamos exigir isso, pois muitos, com direito à sua privacidade, não queriam apresentar suas casas para todos de sua turma. Um grupo, não muito grande, de alunos usava o chat para interagir com seus professores. Esse tipo de distanciamento não foi fácil para ninguém e as pesquisas no campo da saúde mental e da própria sociabilidade estão sendo realizadas tomando como referência o período pandêmico. Em pouco tempo, aulas, reuniões, bancas de defesa de mestrado e doutorado, entrevistas, debates, lives, tudo que, de uma forma ou de outra, estivesse ligado à atividade docente passou a ser on-line, via plataformas e aplicativos, uns mais, outros menos intuitivos.

Foi, assim, que a leitura de *A sociedade do cansaço*, de Byung-Chul Han, chegou em momento oportuno. Para Han (2017, p. 23), filósofo coreano, “a sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade do desempenho”. Não há mais “os sujeitos da obediência” e sim os “sujeitos de desempenho e produção”. Segundo assevera, a sociedade disciplinar era regida pelo “não” e sua negatividade gerou loucos e delinquentes; já a sociedade do desempenho foi criadora de depressivos e fracassados. Essa sociedade do desempenho produz “infartos psíquicos” e, neste cenário: “O que causa a depressão do esgotamento não é o imperativo de obedecer apenas a si mesmo, mas a *pressão de desempenho*. Vista a partir daqui, a Síndrome de Burnout não expressa o *si-mesmo* esgotado, mas antes a alma consumida” (Han, 2017, p.27).

Em larga medida, as ordens externas, do “outro”, do chefe, do líder, do gestor, da organização, da empresa, foram substituídas por ordens internas: somos e seremos nossos próprios chefes, líderes, gestores. Ou somos empreendedores de alto desempenho, ou somos fracassados, párias num mundo hiperconectado e de indivíduos disponíveis 24 horas por dia, sete dias por semana. Sábados e domingos, feriados, férias, pausas, descansos, isso é para os fracos, improdutivos, folgados. Tendo a crer que a situação se agravou consideravelmente nos anos pandêmicos ou, mais ainda, nos anos recentes.

O italiano Domenico De Masi⁷ foi um estudioso do trabalho por toda a sua vida. Num livro de quase 1.000 páginas, o autor faz, praticamente, um balanço de suas pesquisas e este foi seu último trabalho, pois faleceu em 2023. De Masi (2022), diferente de Han (2017) vislumbra elementos positivos no mundo do trabalho, inclusive transformado pela pandemia. Ainda que existam questões críticas como sobreposição do ambiente de trabalho ao ambiente doméstico, impossibilidade de se colocar fronteiras entre espaço pessoal e períodos de trabalho, o sociólogo italiano crê que há evidentes ganhos para o trabalhador:

O fato é que durante os meses de *lockdown* bilhões de trabalhadores usufruíram de uma oportunidade útil, imprevisível, inevitável para experimentar o trabalho a distância, mesmo nas piores situações possíveis, beneficiando-se de suas vantagens e sofrendo seus inconvenientes. Sobre tudo caiu o pressuposto sobre o qual se sustenta a hierarquia empresarial, que considera que o trabalhador é, por antonomásia, um indivíduo de inteligência infantil e reduzida, incapaz de dar um passo sem a tutela permanente de seu chefe (De Masi, 2022, p. 859).

Trabalhadores no mundo todo tomaram contato, sem querer, é verdade, com uma forma de teletrabalho, de *smart work*, de home office. Assim:

Em geral, o que é mais apreciável na natureza do *smart working* está na agilidade, na leveza, na liberdade, na flexibilidade: tudo aquilo que foi brilhantemente expresso no termo “trabalho ágil”, usado pelo governo italiano. O *smart worker* tem um objetivo específico a ser alcançado dentro de um intervalo de tempo específico. Mas, neste intervalo, está livre para trabalhar como e quando quiser, para sair de casa e comprar o jornal ou tomar um café com os amigos (De Masi, 2022, p. 859).

⁷ Conhecido, sobretudo no Brasil, pelo seu livro *O ócio criativo*, o sociólogo italiano aduz que “A principal característica da atividade criativa é que ela praticamente não se distingue do jogo e do aprendizado, ficando cada vez mais difícil separar estas três dimensões que, antes em nossa vida, tinham sido separadas de uma maneira clara e artificial. Quando trabalho, estudo e jogo coincidem, estamos diante daquela síntese exaltante que eu chamo de “ócio criativo” (De Masi, 2000, p. 16).

Claramente, muitos gostaram de ter mais tempo em casa, com a família e os amigos ou não tendo que se deslocar por horas do local de moradia para a empresa. Claro que muitos, trabalhadores e empresários, também resistem à ideia de menor presença física na empresa e atividades desenvolvidas on-line. Há, inclusive, experiências da chamada “Semana de 4 dias”, nas quais existe uma redução da jornada de trabalho presencial, sem diminuição de salário e com aumento de produtividade, em muitos casos.

Retomando a pergunta inicial: os conhecimentos presentes nos autores clássicos e contemporâneos, sobretudo na Sociologia, ajudam a compreender a realidade do trabalho no século XXI. A resposta, obviamente, nem é simples e nem mesmo tem pretensão de ser definitiva. As leituras, aqui expostas, de autores clássicos, autores brasileiros e autores contemporâneos podem, sim, contribuir para melhor compreender o mundo do trabalho. Conhecer tais reflexões, ideias, conceitos e teorias pode, indubitavelmente, alargar nosso campo de visão e, por isso, refinar nosso olhar, olhar para “o meu trabalho”, para o “trabalho do outro” e, especialmente, “para os nossos trabalhos”.

Sem arrogância e tampouco ingenuidade, o trabalho ainda tem papel central na vida social e, desta forma, entender suas múltiplas dimensões é essencial. O tema em tela é fascinante e dezenas de outras páginas poderiam ser escritas, revisitando autores e conhecendo outros novos. Veja, por fim, a Inteligência Artificial (IA) já se faz presente em inúmeras atividades laborais e no ambiente escolar com impactos positivos e outros assustadores. Eis um tema que, em breve, merecerá novos estudos e escritos.

Referências

- ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CANDIDO, A. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CARDOSO, F. H. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- COHN, G. (org.). *Weber. Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 2004.
- DE MASI, D. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DE MASI, D. *O trabalho no século XXI*. Fadiga, ócio e criatividade na sociedade pós-industrial. Rio de Janeiro: Sextante, 2022.
- DURKHEIM, E. Método para determinar a função da divisão do trabalho. In: RODRIGUES, J.A. (org.). *Durkheim*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 2006a.
- DURKHEIM, E. Solidariedade Mecânica. In: RODRIGUES, J.A. (org.). *Durkheim*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 2006b.
- FREYRE, G. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- IANNI, O. (org.). *Marx*. Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1984.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã* (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1996.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.
- MARX, K. *O Capital*. v. I, Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*. v. 1. Brasília/São Paulo: Editora Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

2. POR UMA ÉTICA COMPROMETIDA COM A CIDADANIA: MEIO AMBIENTE E SAÚDE

PROFA. DRA. PÉROLA BROCANELI¹

Introdução

A problemática relacionada à gestão de territórios ambientais, passa necessariamente por questões éticas e ao iniciar a investigação de uma ética comprometida com o meio ambiente, se percebe que o conselho de Marco Polo ao poderoso Kublai Khan. “De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas”² ainda é digno de reflexões maiores.

Uma série de questionamentos, sobre as cidades contemporâneas, tem povoado a mente de arquitetos e urbanistas, como: as cidades estão sendo desenvolvidas, no intuito de responder perguntas complexas? As cidades contemporâneas estão preparadas para o enfrentamento de mudanças climáticas?

Para Ruano,³ a transferência de capital (artificial, humano ou social) impõe a responsabilização, pelas consequências da transferência (cumulativa e de longo prazo) para interferências em territórios urbanos, aparentemente desconectadas.

Na transferência do capital natural é necessário entregar água pura, ar puro, diversidade biológica para as futuras gerações. Este capital natural é parte na paisagem urbana e deveria atravessar as cidades de maneira intacta preservando suas qualidades e assegurando a disponibilidade dos recursos, para as gerações futuras e, para isto foram construídas as leis de preservação ambiental.

O capital natural e sua transferência, deve ser respeitado no planejamento e gestão de cidades, assim como na constituição dos planos urbanísticos e do desenho urbano.

As cidades produzem o capital artificial: edifícios, fábricas, escolas que devem

¹ Universidade Presbiteriana Mackenzie.

² Calvino, I. As cidades invisíveis. Tradução Diogo Mainardi. 2.ed. São Paulo: Companhia das letras, 2013 p. 44.

³Ruano, M. Ecurbanismo: entornos humanos sostenibles: 60 proyectos. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

respeitar o Plano Diretor Estratégico (PDE) e a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS). Nestas peças da legislação urbana, os territórios ambientais à margem dos corpos hídricos e classificados como Áreas de Proteção Permanente (APP), quando sobrepostos ao parcelamento do solo em lotes (urbanos ou rurais - privados ou públicos) são grafados como “*areas non aedificandi*”.⁴

Nas *areas non aedificandi*, quando ao longo de corpos hídricos, não é permitido ocupá-las com construções ou qualquer uso que desde que mantenha a permeabilidade do solo e a vegetação nativa. E a responsabilidade pela transferência de um capital construído, que “invade ou não” as áreas de preservação – passa a ser responsabilidade do proprietário do lote, em área urbana ou rural.

Esta situação, pode ser comparada ao parcelamento da faixa de praia junto ao mar, informando que o proprietário passa a ser responsável por sua proteção e manutenção.

As APPs são áreas públicas, que deveriam ser entendidas como territórios necessários aos processos da natureza, incluindo o espraiamento das águas em períodos de cheia dos rios e córregos, sendo de responsabilidade do poder público municipal, estadual e federal (a depender) da dimensão do corpo hídrico, a preservação de seus serviços ambientais e ecossistêmicos.⁵ No entanto, é comum a ocupação das *areas non aedificandi* de maneira indevida e desta forma, caracterizando uma transferência inadequada do capital artificial.

E a transferência do capital humano: ciência, conhecimento, técnicas sobre a necessária proteção e preservação das áreas de natureza meio ambiente será transferido de maneira adequada às futuras gerações?

É de extrema relevância que questionamentos complexos, apresentem também as observações mais simples e de grande significado, tais como: “De onde vem a água que bebemos?”, ou “Onde estão os rios da cidade?”.

Desta forma, mais uma vez está em pauta, a relação do homem com a natureza e o peso dos princípios éticos nesta relação.

⁴ São áreas caracterizadas como “não edificantes” por diferentes motivos, previstas no artigo 4º, inciso III da Lei nº 6.766/79, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências.

⁵ Segundo Millennium Ecosystem Assessment (2005), os serviços ambientais (ou ecossistêmicos) podem ser compreendidos como os benefícios que a população pode obter por meio dos ecossistemas, portanto, o meio ambiente desempenha naturalmente esses serviços que resultam em benefícios para os seres humanos. Dentre esses serviços, podemos elencar: 1) os de Provisão, como produção de alimentos, água potável e materiais, como a madeira; 2) de Regulação, como regulando as inundações e secas; 3) de Suporte, como formação do solo e a transferência de nutrientes no sistema solo - plantas; 3) e Culturais, de fins recreativos, espirituais / religiosos e outros benefícios de caráter não material. EMBRAPA. O que são os serviços ambientais ou serviços ecossistêmicos? Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-servicos-ambientais/perguntas-e-respostas#:~:text=O%20que%20s%C3%A3o%20os%20servi%C3%A7os,benef%C3%ADcios%20para%20os%20seres%20humanos>. Acesso em: 08 maio 2024.

Cidades Sustentáveis com uma ética comprometida com a cidadania

No cenário internacional, a necessidade de desenvolver cidades sustentáveis e alinhadas com uma ética comprometida com a cidadania, culminou na última década na construção dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável,⁶ a fim de promover adequados e saudáveis espaços de natureza, nos quais o homem possa estabelecer uma relação respeitosa, saudável, constante com a natureza e como parte do seu cotidiano.

A partir do alerta divulgado pelo Clube de Roma (1968) que apontou a necessidade de adaptação do desenvolvimento das cidades à preservação e conservação dos recursos naturais, surgiram diversos encontros internacionais que, a partir da década de 1970, promoveram debates em favor da sustentabilidade.

A relação do homem com a natureza, foi descrita em três fases – com nuances de poder e superioridade, apontadas por Gutking:⁷

- Fase de Temor: refere-se ao Homem pré-histórico, durante o período de incompreensão dos eventos naturais, provocando medo. Buscava-se explicações pelo pensamento Sagrado, associado a divindades, e tremendo ofendê-las.

- Fase de Harmonia: momento no qual o Homem compreende que alguns eventos naturais, como cheias e vazias do rio Nilo não são obras divinas, mas o ciclo da natureza. Assim, respeitando esses processos naturais, passa a se beneficiar deles.

- Fase de Domínio: é caracterizada para além do entendimento dos fenômenos naturais, visando usufruir de forma dominadora, dos entendimentos adquiridos sobre a natureza. O uso dos territórios naturais, por meio da Ciência moderna, agora tem caráter de exploração, buscando se beneficiar sem precedentes.

Mesmo que inúmeros encontros internacionais ambientais tenham ocorrido, tais como: Estocolmo (1972), Cúpula da Terra (Rio 92), Protocolo de Kyoto (1997), Rio + 20 (2012), foi na última década que a Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou e divulgou os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável - chamados comumente de 17 ODS, visando a construção de cidades sustentáveis, saudáveis e justas, tendo como objetivo a construção da Agenda 2030.⁸

A Agenda 2030 é um guia para a comunidade internacional e um plano de ação para colocar o mundo em um caminho mais sustentável e resiliente até 2030. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta.

A Agenda 2030, surge em meio a um contexto de exploração da natureza, de maneira desenfreada, gerando degradação ambiental e desequilíbrio ecológico.

⁶ 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

⁷ LAURIE, M. *An introduction to landscape architecture*. New York: Pitman, 1978, p. 13-15.

⁸ O que é a Agenda 2030?. Disponível em <https://www.tjce.jus.br/agenda2030/o-que-e-a-agenda-2030-da-onu/>

Visando identificar a relação com a natureza até o final do século XX, foram apontadas mais três fases, como fases complementares da relação do Homem com a natureza, descritas por Saraiva⁹ e citadas em Brocaneli¹⁰:

- Fase de Degradação: é compreendida como a veloz exploração dos recursos naturais, sem considerar o tempo de regeneração dos processos naturais, promovendo o desequilíbrio dinâmico dos ecossistemas.

- Fase de Conflito: presente na contemporaneidade, é permeada pelo sentimento de culpa ocasionado pela possibilidade da ausência dos recursos naturais em decorrência das fases anteriores. Assim, são realizados grandes movimentos sociais visando a recuperação da natureza, em busca de melhor qualidade de vida.

- Fase de Recuperação e Sustentabilidade: é o momento em que se realizam as mudanças estruturais, respeitando as estruturas ecológicas, gerindo os sistemas pluviais. Conjuntamente, aproveita-se o potencial ecológico das estruturas hídricas, assim como a riqueza das paisagens para o bem-estar humano e da diversidade das espécies.

A sequência de fases descrita acima, pode ser entendida de maneira mais ampla, a partir dos estágios da moral de Kohlberg, conforme apresentado por Biaggio¹¹ e também, a relação entre julgamento moral e ecologia.¹²

O trabalho de Biaggio¹³ revelou semelhança às estatísticas internacionais, no que tange às porcentagens de pessoas que estão em cada estágio, pois Kohlberg utilizou o medo, sentimento universal para o autor, como critério para a elaboração dos estágios da moral.

Tabela 1 – Estágios da Moral

Estágios da Moral de Kohlberg	Características	% da população
1º estágio	Ausência de medo , não respondem ao código social e são capazes de cometer qualquer ato.	< 0,05%
2º estágio	O sentimento de medo da punição é o que os detém de cometer ações contra os códigos sociais	< 2%
3º estágio	O medo do Divino é o impeditivo de cometer algumas ações.	Aprox. 15%
4º estágio	O que detém não é o medo do Divino, mas a vergonha de quebrar os elementos culturais em frente aos outros.	Aprox. 20%
5º estágio	Respeito e rigidez ao Código Social , respeitando às Leis - avaliam o valor das regras, buscam justiça e equidade.	Aprox. 25%

⁹ SARAIVA, M. da G. A. *O rio como paisagem*: gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p.15-80.

¹⁰ BROCANELI, P. F. *O ressurgimento das águas na paisagem paulistana*: fator fundamental para a cidade sustentável. 2007. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.16.2007.tde-25052010-153625. Acesso em: 09 maio 2024.

¹¹ BIAGGIO, A. M. B. *Lawrence Kohlberg: ética e educação moral*. São Paulo: Moderna, 2002.

¹² BIAGGIO, A. M. B. *et al. Julgamento moral e maturidade de atitude em relação à ecologia*. *Revista Interamericana de Psicología*, v. 32, n. 1, p. 33-52, 1998.

¹³ BIAGGIO (2002).

Estágios da Moral de Kohlberg	Características	% da população
6º estágio:	Respeito e flexibilidade ao Código Social , respeitando às Leis, avaliam o valor das regras e buscam justiça e equidade, considerando variáveis.	Aprox. 35%
7º estágio	Respeitam à vida, promovem a coexistência e a interdependência entre o Homem e a natureza. Resistem às regras injustas e se necessário trabalham para mudá-las.	< 0,05%

Fonte: BIAGGIO (2002) adaptado pela autora.

A partir dos referenciais teóricos, acima apresentados e presentes na segunda metade do século XX, seguem reflexões sobre o momento atual.

Talvez, o relato mais potente da relação do homem com a natureza, está na descrição bíblica do Homem no Jardim do Éden, pois sendo o Éden um lugar perfeito e idílico “O Senhor Deus colocou o homem no jardim do Éden para cuidar dele e cultivá-lo”.¹⁴

As interpretações do texto podem ser muitas e múltiplas, mas é cabível dizer que o homem é uma criatura de Deus, criada à Sua imagem e semelhança, que foi colocado no Jardim do Éden para cuidar dele e desfrutar de tudo o que havia nele, vivendo em harmonia com a natureza e sem conhecimento do pecado ou da morte.

No entanto, a partir da transgressão cometida pelo Homem no jardim do Éden, que teve por consequência a desconexão com a natureza divina, de uma forma lúdica apresenta o início da exploração da natureza pelo Homem.

E, neste processo, nos qual não há limites que não possam ser transgredidos, a humanidade passou a dissecar rios, drenar e ocupar planícies de inundação, construir túneis por baixo do mar e de outros corpos hídricos, elaborar maneiras de produzir alimentos em grande escala, dominar alguns processos ecológicos e enfim, provocar tragédias como inundações e deslizamentos – diretamente relacionadas – a um comportamento ao típico do paradigma social dominante nas sociedades ocidentais, conhecido por paradigma tecnocrata¹⁵.

As Áreas de Proteção Permanente (APP) junto aos corpos hídricos, são de extrema importância e estão protegidas por lei, para proteção dos recursos naturais de forma a manter sua disponibilidade para a população atual e as gerações futuras, alinhando a política ambiental brasileira aos 17 ODS.

Desafios e possibilidades para uma ética comprometida com o meio ambiente

Ainda assim, a questão recorrente é “Porque algumas pessoas respeitam e entendem o valor da natureza e outras não?”

¹⁴ Gênesis 2:15

¹⁵ Paradigma social tecnocrata foi definido por Cotgrave, 1982 *apud* Saraiva, 1999, p. 25.

Entendendo que a população está mesclada dos diferentes estágios da moral e que, apesar da clareza da necessidade de preservar os recursos naturais, a legislação de proteção aos recursos naturais tem um percurso peculiar, longo e controverso, do qual apresentamos resumidamente, em nota da Câmara Legislativa, sobre áreas ou faixas *non aedificandi* – Áreas Preservação Permanente (APP):¹⁶

Área pública ou privada protegida por lei em razão de sua importância ecológica. Trata-se de uma faixa de vegetação localizada em áreas como margens de cursos d'água, nascentes e reservatórios, encostas e topos de morro, altitudes superiores a 1.800 metros, e restingas.

Os dois textos, da Câmara e do Senado, do novo Código Florestal (PL 1876/99) trazem praticamente as mesmas definições para APPs. Para as margens de córregos e rios, a medição será feita a partir do leito regular, e a faixa de vegetação terá as seguintes medidas:

- Em rios de até 10 metros de largura: 30 metros;
- Em rios com largura entre 10 metros e 50 metros: 50 metros;
- Em rios com largura entre 50 metros e 200 metros: 100 metros;
- Em rios com largura entre 200 metros e 600 metros: 200 metros;
- Em rios com largura superior a 600 metros: 500 metros;
- Entorno de lagos e lagoas naturais: 100 metros no campo e 30 metros nas cidades;
- Entorno de olhos d'água e nascentes: 50 metros.

O texto do Senado inclui na definição de APPs os manguezais, em toda a sua extensão, e o entorno de veredas.

E, no Código Florestal¹⁷ no Capítulo II – Das Áreas de Preservação Permanente, SEÇÃO I – Da Delimitação das Áreas de Preservação Permanente, apresenta:

Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

I – as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

¹⁶ Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/228157-area-de-preservacao-permanente-app/>

¹⁷ Código Florestal: Lei nº 12.651/2012. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 62 p. Legislação federal vigente e disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/633822/Codigo_florestal.pdf

- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; (...)

As múltiplas legislações, sobrepostas e/ou complementares, para as Áreas de Proteção Permanente (APP) para os corpos hídricos, são um excelente exemplo, para entender se a ética está comprometida com a cidadania e o meio ambiente.

Neste âmbito, pode-se observar no Estatuto da Cidade¹⁸, há apenas duas citações sobre o termo o *non aedificandi*, sendo ambas no Capítulo II - Dos Requisitos Urbanísticos para Loteamento, Art. 4º, inciso III e Art. 5º.

III – ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, será obrigatória a reserva de uma faixa *non aedificandi* de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;

(...)

Art. 5º O Poder Público competente poderá complementarmente exigir, em cada loteamento, a reserva de faixa *non aedificandi* destinada a equipamentos urbanos.

O Art. 5º no Estatuto da Cidade, principal referência para o desenvolvimento urbano brasileiro, permanece idêntico na Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979¹⁹ e em ambos, não há caracterização da questão ambiental de áreas ou faixas *non aedificandi* localizadas às margens de corpos hídricos.

O conflito moral, sobre a ocupação ou preservação de áreas ou faixas *non aedificandi* necessárias à proteção de infraestruturas (transmissão de alta tensão, rodovias, corpos hídricos, entre outros) fica evidente no trecho citado, extraído das Diretrizes dos Programas de Reassentamento²⁰ o qual, não apresenta orientação para áreas ou faixas *non aedificandi* localizadas a margem de corpos hídricos, tais como: rios, córregos, lagos, represas.

¹⁸ Estatuto da Cidade. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p.

¹⁹ Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766/compilado.htm

²⁰ BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Diretoria-Geral. Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Instituto de Pesquisas em Transportes. Diretrizes dos Programas de Reassentamento, 1ª Edição – Brasília – DF – 2022. 232p. Disponível em: https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/ipr/coletanea-de-manuais/vigentes/publicacao_ipr_750.pdf

Nesse contexto, é notório que a implantação, duplicação, manutenção e outras obras de engenharia em rodovias consistem em eventos (potencialmente) impactantes ao meio ambiente, recaindo, portanto, sobre o Poder Público a obrigação de controle prévio, concomitante e posterior de quaisquer intervenções projetadas sobre o meio ambiente por meio dos processos de licenciamento ambiental. Assim, surgem as condicionantes ambientais determinadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), dentre as quais se destacam aquelas tencionadas na reparação dos danos ocasionados pelas obras viárias implementadas pelo DNIT no que se refere à qualidade de vida daqueles que residem e se mantêm a partir da atividade econômica, ou não, exercida nas faixas de domínio e áreas *non aedificandi*.

A partir da amplitude da noção de impacto ambiental, a implantação ou as intervenções em empreendimentos viários causam efeitos prejudiciais não apenas em recursos naturais, como também em recursos artificiais, sociais e culturais, deflagrando a degradação da qualidade de vida dos ocupantes das faixas de domínio e áreas não-edificáveis, deslocados compulsoriamente para um novo meio em que ficam submetidos a novas organizações culturais, sociais, econômicas e territoriais. Nessa nova condição, os deslocados são destituídos de seus vínculos societários, político-econômicos e culturais originais, ficando, pois, fragilizados no acesso aos meios de reprodução de seu modo de vida.²¹

Ocupar áreas públicas de preservação ou proteção ambiental, principalmente ao longo dos corpos hídricos, além de ser um risco ambiental, prejudica a boa qualidade da água, recurso natural que deve ser disponibilizado para toda a população.²²

Considerações finais

Para Brocaneli, o entendimento de diretrizes depende do julgamento moral que Kohlberg apresentou em seis ou sete estágios, sendo que apenas os dois últimos e superiores, são contemplados com a flexibilidade necessária para o entendimento de diretrizes – ambientais ou não.

Os conceitos e diretrizes para o desenvolvimento sustentável, para que sejam compreendidos – entendidos – aplicados, precisam de flexibilidade – ponderação – comparação, pois cada ponto do planeta apresenta características únicas e, portanto, não há uma “regra” para a construção do desenvolvimento sustentável.

²¹ BRASIL (2022, p. 82-23).

²² Código Florestal: Lei nº 12.651/2012. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 62 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/633822/Codigo_florestal.pdf

A capacidade para raciocínios complexos, com múltiplas variáveis e a necessária autocrítica, são condições para planejar e projetar cidades mais sustentáveis que respeitem os processos da natureza, pois para cada situação semelhante uma decisão diferente pode ser tomada e desta forma, a ética precisa estar comprometida com a cidadania e o meio ambiente.

Referências

- BIAGGIO, A. M. B. *et al.* Julgamento moral e maturidade de atitude em relação à ecologia. *Revista Interamericana de Psicologia*, v. 32, n. 1, p. 33-52, 1998.
- BIAGGIO, A. M. B. *et al.* Promoção de atitudes ambientais favoráveis através de debates de dilemas ecológicos. *Estudos de psicologia*, v. 4, n 2, p. 221-238, 1999.
- BIAGGIO, A. M. B. Kohlberg e a "Comunidade Justa": promovendo o senso ético e a cidadania na escola. *Psicologia: reflexão e crítica*. Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 47-69, 1997.
- BIAGGIO, A. M. B. *Lawrence Kohlberg: ética e educação moral*. São Paulo: Moderna, 2002.
- BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Diretoria-Geral. Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Instituto de Pesquisas em Transportes. Diretrizes dos Programas de Reassentamento, 1ª Edição – Brasília – DF – 2022. 232p. Disponível em: https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/ipr/coletanea-de-manuais/vigentes/publicacao_ipr_750.pdf
- BROCANELI, P. F. *O ressurgimento das águas na paisagem paulistana: fator fundamental para a cidade sustentável*. 2007. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.16.2007.tde-25052010-153625. Acesso em: 09 maio, 2024.
- CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. Tradução Diogo Mainardi. 2.ed. São Paulo: Companhia das letras, 2013.
- CAMINO, C. *Angela Biaggio (1940-2003): um percurso na história do desenvolvimento sócio moral do Brasil*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 16, n. 1, p. 5-8, 2003.
- EMBRAPA. O que são os serviços ambientais ou serviços ecossistêmicos? Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-servicos-ambientais/perguntas-e-respostas#:~:text=O%20que%20%C3%A3o%20os%20servi%C3%A7os,benef%C3%ADcios%20para%20os%20seres%20humanos>. Acesso em: 08 maio 2024.
- LAURIE, M. *An introduction to landscape architecture*. New York: Pitman, 1978.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.
- RUANO, M. *Ecourbanismo: entornos humanos sostenibles: 60 proyectos*. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.
- SARAIVA, M. da G. A. *O rio como paisagem: gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

3. ÉTICA COMPROMETIDA COM A CIDADANIA: COMUNICAÇÃO DIGITAL

PROFA. DRA. DANIELA CUNHA¹

Introdução

Recursos tecnológicos fazem parte do nosso dia a dia e nos últimos anos tem se tornando cada vez mais essenciais. Com o advento da internet, a digitalização da sociedade e a democratização das tecnologias da informação e comunicação (TIC), estamos cada vez mais presentes e dependentes do mundo digital.

O fato de existirmos neste ambiente, trabalharmos, estudarmos, termos alguns momentos de lazer e nos comunicarmos, da mesma maneira que fazemos na realidade, nos torna cidadãos dessa sociedade digital².

Como cidadãos digitais, legalmente estabelecidos no ambiente digital, temos o exercício de direitos e o cumprimento de deveres, e é por isso que é tão importante ter consciência do que é ser um cidadão digital e saber usar os recursos digitais de forma apropriada, responsável, ética e segura³. O que muda é o meio, mas os direitos e as obrigações são os mesmos⁴.

Com bilhões de pessoas atuantes no ambiente digital em todo o mundo, a necessidade de normatizar as condutas se tornou evidente. Há demanda para a criação de novos direitos e obrigações⁵, novos códigos de ética e valores para que as

¹ Universidade Presbiteriana Mackenzie.

² PEREIRA, A. C. *Os nove elementos da cidadania digital que os seus alunos precisam conhecer*. Cypher Learning, 2022. Disponível em: <https://www.cypherlearning.com/pt-br/blog/k-20/os-nove-elementos-da-cidadania-digital-que-os-seus-alunos-precisam-conhecer>. Acesso em: 19 abr. 2024.

³ TOTVS. *Cidadania Digital: o que é, elementos e mais!* Totvs, 2023. Disponível em: <https://www.totvs.com/blog/gestao-para-assinatura-de-documentos/cidadania-digital/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

⁴ MACKENZIE. *O que é ética no mundo digital e por que é importante?* Disponível em: <https://blog.mackenzie.br/mercado-carreira/mercado-de-trabalho/nocoas-de-etica-no-mundo-digital-2/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

⁵ CERTIFICADO DIGITAL. *O que é cidadania digital?* Fique por dentro deste conceito. Serasa Experian, 2022. Disponível em: <https://serasa.certificadodigital.com.br/blog/e-conectividade-social/cidadania-digital/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

relações digitais se deem de forma correta. Essa é a essência da cidadania digital, não só a liberdade, mas também a responsabilidade.

A prática da cidadania digital é fundamental para a proteção de dados, segurança digital, precaução de ações e abordagens, uso apropriado de redes sociais evitando *cyberbullying* e *fakenews*, por exemplo, filtragem de conteúdos online, dentre outros temas, trazendo à tona a importância da ética na comunicação digital como um pilar fundamental.

Destaca-se que ações e atitudes no mundo digital têm impactos e consequências não só para o indivíduo, mas também para a sociedade na qual está inserido⁶. Desta maneira, a ética na comunicação se apresenta não só como vital na formação de uma cidadania digital responsável, mas também como um fator crítico no combate a desafios como discurso de ódio, *fakenews*, roubo de dados, entre outros, na comunicação digital⁷.

Ética Digital

A ética digital compreende um conjunto de princípios morais que orientam indivíduos ou grupos no mundo digital, mantendo a dignidade, segurança, privacidade e outros valores no neste ambiente⁸. Esses princípios são fundamentais para o uso seguro e responsável da internet, ajudando a proteger a privacidade do usuário e prevenir crimes digitais, como *cyberbullying*, furto de identidade e violações de propriedade intelectual.

Dentre os princípios básicos da ética digital destaca-se:

- Segurança: proteger informações pessoais e de terceiros contra acessos não autorizados;
- Privacidade: respeitar a privacidade alheia e evitar a divulgação de informações sem consentimento;
- Honestidade: agir de forma honesta na criação e compartilhamento de conteúdo digital;
- Responsabilidade: reconhecer o impacto das ações digitais no mundo real e assumir responsabilidade por elas;
- Respeito: evitar a disseminação de conteúdos ofensivos ou prejudiciais.

⁶ ECYCLE. *Cidadania digital: qual seu papel na educação*. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/cidadania-digital/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

⁷ OM30. *Cidadania digital: o que é e qual a sua importância*. OM30, 2023. Disponível em: <https://om30.com.br/cidadania-digital-o-que-e-e-qual-a-sua-importancia/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

⁸ 1DOC. *Afinal, por que promover a cidadania digital é tão importante*. 1DOC, 2024. Disponível em: <https://blog.1doc.com.br/cidadania-digital/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

Além de se basear em princípios morais e legislações, a ética digital também estabelece limites para tecnologias como aprendizado de máquina e inteligência artificial, garantindo o uso ético sem impedir o avanço tecnológico⁹.

Cidadania Digital

De acordo com o dicionário Oxford Languages¹⁰, “cidadão é o indivíduo que, como membro de um Estado, usufrui de direitos civis, políticos e sociais por este garantidos e desempenha os deveres que, nesta condição, lhe são atribuídos”.

Segundo Cavalcanti,

Cidadania é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, previsto no artigo 1º, II, da Constituição Federal de 1988 e está relacionado à qualidade de ser cidadão, de ter direitos e deveres civis, políticos e sociais, possibilitando que a pessoa participe da vida e do governo de seu povo. É, portanto, o vínculo entre o cidadão e o Estado, permitindo a participação direta ou indireta do cidadão nos assuntos do Estado e da sua comunidade.¹¹

O conceito de cidadania envolve a liberdade para viver uma vida plena e o dever de respeitar e zelar pela liberdade do próximo.

Assim, a cidadania digital é entendida como a habilidade essencial para participar de maneira proativa e responsável na esfera digital, adotando uma postura positiva, equitativa, consciente, segura e ética. Este conceito engloba o direito assegurado aos indivíduos de adquirir e utilizar proficientemente as ferramentas tecnológicas para diversas finalidades, incluindo informação, comunicação, educação, entretenimento, trabalho e interação social. Paralelamente, requer-se o cumprimento de normas e princípios éticos, visando uma utilização honesta, justa e respeitosa, que considere os direitos e deveres de todos os envolvidos.

Ser um cidadão digital e exercer essa cidadania implica em adotar uma postura moral, crítica e responsável frente às informações e interações que se desenrolam no contexto digital. É direito do cidadão ter acesso à internet, mas também existe um limite para a criação do conteúdo a ser publicado e da divulgação de informação, especialmente as falsas. Da mesma forma, deve haver um respeito aos dados das outras pessoas e um limite à invasão de sua privacidade. Compartilhamento de mensagens de ódio, notícias falsas, roubo de dados, invasões e fraudes são apenas alguns exemplos dos problemas que precisamos encarar nesse novo

⁹ IBERDROLA. *Ética na internet a chave do futuro* digital. Disponível em: <https://www.iberdrola.com/com-promisso-social/etica-na-internet>. Acesso em: 19 abr. 2024.

¹⁰ OXFORD. *Oxford Language e Google*. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

¹¹ CAVALCANTI, A. E. L. W. *et al. Cartilha cidadania digital*. São Paulo: Metropolitanas Unidas, 2021.

universo. Ou seja, cidadania digital é o uso responsável e apropriado dos recursos tecnológicos.¹²

Os elementos fundamentais da cidadania digital abrangem diferentes aspectos do uso da tecnologia na sociedade.¹³ São eles:¹⁴

- Acesso digital: é o direito universal ao acesso equitativo e inclusivo à internet e aos dispositivos digitais. Isso implica na disponibilização de infraestrutura adequada, como internet de qualidade, com boa velocidade e custo acessível, dispositivos adaptados, conteúdos entendíveis e programas de capacitação. Além disso, é crucial promover a inclusão digital das pessoas que enfrentam dificuldades no uso das ferramentas tecnológicas;
- Letramento digital ou alfabetização digital: é a habilidade de ler, escrever, compreender, interpretar e criar conteúdos digitais. O letramento também inclui saber pesquisar, avaliar e selecionar criticamente fontes online diferenciando o conteúdo autêntico e confiável do conteúdo falso. Além disso, é usar as informações disponíveis na internet de forma responsável e ética;
- Comunicação digital: é a habilidade de interagir com outras pessoas por meio de plataformas digitais, como e-mail, redes sociais, aplicativos de mensagens, fóruns e blogs, entre outros, para compartilhar informações e colaborar de forma eficaz no ambiente online. Demanda-se cuidado com a privacidade e a segurança das informações compartilhadas, além de requer-se a necessidade de se expressar de maneira clara, coerente e respeitosa, considerando o contexto, o público e o propósito da comunicação. É também fundamental saber ouvir, compreender e responder às mensagens recebidas, e gerenciar os conflitos e divergências de forma construtiva;
- Etiqueta digital: é o conjunto de diretrizes e práticas recomendadas que orientam o comportamento ético e respeitoso no cenário virtual, visando assegurar uma "fluência digital" acessível a todos. Seu propósito é fomentar interações online cordiais, educadas e positivas, evitando incidentes de ofensa, discriminação, *bullying* ou violência, e promovendo um ambiente virtual saudável e colaborativo. Na prática, os usuários devem

¹² FARIAS, M. W. N. de. Ética na produção e compartilhamento da informação: tensões a partir de uma perspectiva teórica. *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação*, São Cristóvão, v. 9, p. 1-18, 2022. DOI: 10.24208/rebecin.v9.345. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/345>. Acesso em: 19 abr. 2024.

¹³ DOCUSIGN. *Cidadania digital: tudo o que você precisa saber*. DocuSign, 2018. Disponível em: <https://www.docuSign.com/pt-br/blog/cidadania-digital>. Acesso em: 19 abr. 2024.

¹⁴ RIBBLE, M., BAILEY, G. D. *Digital Citizenship in Schools*. International Society for Technology in Education, 2007.

aderir às normas e valores de cada comunidade ou plataforma digital, enquanto reconhecem e valorizam a diversidade de opiniões e culturas. E novamente reforçar que a atitude online se reflete no mundo real, e vice-versa;

- Comércio digital (*e-commerce*): é a prática de transações comerciais de compra e venda de produtos ou serviços através da internet. Esta atividade engloba desde as lojas online até os aplicativos de entrega, passando por marketplaces, sites de leilão e sistemas de pagamento digital. Esse tipo de comércio demanda que consumidores e comerciantes estejam cientes de seus direitos e responsabilidades nas transações online, bem como das medidas para proteger suas informações financeiras e pessoais;
- Direito digital: é o conhecimento das leis e regulamentações que regem o cenário digital, abordando os direitos e as obrigações legais relacionadas ao uso da tecnologia. Este domínio abarca diversos temas, como propriedade intelectual, privacidade, proteção de dados, liberdade de expressão, responsabilidade civil, contratos eletrônicos e crimes cibernéticos. O objetivo é garantir o respeito aos direitos e deveres dos cidadãos no ambiente digital, assim como estabelecer mecanismos para prevenir e punir violações. No Brasil, destacam-se o Marco Civil da Internet, a Lei dos Crimes Cibernéticos, a Lei de Acesso à Informação, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet;
- Segurança de dados: é a salvaguarda das informações pessoais e profissionais transmitidas no meio digital. Envolve a implementação de medidas técnicas e práticas para prevenir acesso não autorizado, perda, roubo ou divulgação não autorizada desses dados. A segurança e a privacidade dos dados também requerem aderência às normas legais e éticas que governam o tratamento das informações, além da consciência dos riscos e das implicações do uso indevido dos dados;
- Saúde e bem-estar digital: consiste na consideração dos efeitos da tecnologia na saúde física e mental dos indivíduos. Isso inclui a prevenção de problemas como dores musculares ou lesões por esforço repetitivo, atenção à saúde da visão, audição e alimentação durante o uso de dispositivos digitais. Também abarca o equilíbrio entre o tempo dedicado às atividades online e offline, bem como a conscientização sobre os impactos negativos do uso excessivo da tecnologia na saúde, visando evitar situações de dependência, isolamento, ansiedade ou estresse.

Comunicação Digital

Dentre os elementos fundamentais da cidadania digital, foi mencionada a comunicação digital. A comunicação digital é um elemento central na maneira como as pessoas compartilham informações, investem em digitalização, interagem entre si e fazem negócios. Incorpora diversas atividades, desde o envio de mensagens instantâneas até a produção de conteúdos por meio das redes sociais.

Na era da comunicação digital, a responsabilidade na criação e no compartilhamento de conteúdo assume uma importância crucial, dada a sua capacidade de influenciar e moldar percepções.¹⁵ Seguir um código de ética conhecido e respeitado não só promove uma imagem positiva da empresa ou do indivíduo, mas também garante que o comportamento ético permeie todas as relações, incluindo aquelas estabelecidas no ambiente digital.

Criadores de conteúdo devem ser responsáveis pelo impacto de seu trabalho, promovendo um comportamento digital responsável e lutando contra a desinformação¹⁶. Desta forma, é imperativo que criadores de conteúdo e usuários das plataformas digitais adotem práticas responsáveis na criação e no compartilhamento de informação, fortalecendo a ética na comunicação digital, promovendo um ambiente digital mais seguro e inclusivo, mas também contribuindo para a construção de uma cidadania digital responsável.¹⁷

Destaca-se, a seguir, alguns princípios e diretrizes essenciais na comunicação digital e que são também mencionados na etiqueta digital:¹⁸

- Autenticidade e mensagem consciente: produzir conteúdo que reflita honestidade, evitando falsificações ou exageros que possam prejudicar a credibilidade e confiança;
- Consentimento e privacidade: obter consentimento antes de compartilhar informações pessoais, respeitando a privacidade e mantendo a segurança e a confiança dos usuários;
- Evitar estereótipos prejudiciais: garantir representação diversificada e evitar estereótipos que possam causar qualquer dano, promovendo um ambiente digital inclusivo;

¹⁵ BARBOZA, E. D., SERVIDONI, M. C. O impacto das fakenews na sociedade. *Revista Interface Tecnológica*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 169-180, 2021. DOI: 10.31510/infa.v18i1.1168. Disponível em: <https://revista.facteq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/1168>. Acesso em: 19 abr. 2024.

¹⁶ SILVA, D. F. R., et al. Cidadania digital na era da informação: pelo fortalecimento da educação e da democracia em face ao perigo da desinformação. *Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA*, Ariquemes, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.31072>. Disponível em: <https://revista.faema.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/download/1048/951/3269>. Acesso em: 19 abr. 2024.

¹⁷ FASTERCAPITAL. *Ética nas mídias sociais como seguir e promover princípios e práticas éticas nas mídias sociais*. FasterCapital, 2024. Disponível em: <https://fastercapital.com/pt/contente/Etica-nas-midias-sociais-como-seguir-e-promover-principios-e-praticas-eticas-nas-midias-sociais.html>. Acesso em: 19 abr. 2024.

¹⁸ *Idem*.

- Verificar fatos e usar fontes confiáveis¹⁹: utilizar fontes confiáveis e fornecer referências para dados ou informações de terceiros, contribuindo para a disseminação de informações precisas;
- Praticar a etiqueta digital: adotar normas e boas práticas que orientem um comportamento ético e respeitoso no ambiente virtual, valorizando a diversidade de opiniões e culturas. Todos na internet devem seguir um código de conduta, independentemente de seu nível de influência;
- Adotar boas práticas: a humildade, o respeito e a empatia são cruciais, considerando os sentimentos e perspectivas do público.

A desinformação no espaço digital, que confronta os princípios e diretrizes da comunicação digital, representa um desafio significativo para a ética na comunicação, impactando diretamente a confiança e credibilidade dos usuários. Segundo ONU Brasil²⁰, “a desinformação é uma informação que não é apenas imprecisa, mas também tem a intenção de enganar e é espalhada para causar danos”. Estratégias para combater esse fenômeno incluem^{21,22}:

- Educação em alfabetização digital: promover a alfabetização digital e o pensamento crítico é essencial. Isso envolve incluir no currículo educacional estratégias para gerenciar informações e promover a resiliência mental, ensinar os usuários a diferenciarem fatos de opiniões e a verificar a precisão das informações recebidas nas plataformas digitais e, preparar os usuários para identificar e lidar com a desinformação online;
- Transparência e responsabilidade: adotar uma comunicação responsável, honesta e transparente, evitando informações enganosas ou exageradas. Além disso, a proteção da privacidade dos usuários e o respeito às leis e regulamentações vigentes são fundamentais;
- Combate a propagação de notícias falsas: necessidade de estratégias eficazes para identificar e impedir a propagação de notícias falsas. Plataformas de mídia social facilitam a rápida disseminação de notícias falsas, tornando crucial a implementação de medidas para limitar seu alcance

¹⁹ REQUENA, G. *A importância da responsabilidade na produção de conteúdo*. Luupi, 2021. Disponível em: <https://luupi.com.br/responsabilidade-na-producao-de-conteudo/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

²⁰ ONU BRASIL. *Informe de Política para a Nossa Agenda Comum: Integridade da Informação nas Plataformas Digitais*. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-10/ONU_Integridade_Informacao_Plataformas_Digitais_Informe-Secretario-Geral_2023.pdf. Acesso em: 19 abr. 2024.

²¹ AWARI. *Qual é a importância da ética para marketing digital*. AWARI, 2023. Disponível em: https://awari.com.br/qual-e-a-importancia-da-etica-para-marketing-digital/?utm_source=blog&utm_campaign=projeto+blog&utm_medium=Qual%20%C3%A9%20a%20Import%C3%A2ncia%20da%20%C3%89tica%20para%20Marketing%20Digital. Acesso em: 19 abr. 2024.

²² LÊ, J. B., ANECLETO, U. C., RIBEIRO, A. E. Saindo das bolhas de pós-verdade: Ética da informação para fluência digital e combate às fakenews. *Revista Linguagem em Foco*, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 29–48, 2022. DOI: 10.46230/2674-8266-14-9292. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/9292>. Acesso em: 20 abr. 2024.

tais como denunciar casos de desinformação e monitorar constantemente as redes sociais.

Essas abordagens visam não apenas reduzir os riscos legais e de reputação associados à desinformação, mas também promover um ambiente digital mais ético e responsável, onde a verdade e a transparência prevaleçam.

Além da desinformação, há também as *fakenews*²³, ou notícias/informações falsas que são criadas e disseminadas com o objetivo de enganar pessoas ou fazer com que duvidem de fatos verificáveis. De acordo com ONU Brasil, “a informação falsa se refere à disseminação não intencional de informações imprecisas, compartilhadas de boa-fé por aqueles que não sabem que estão transmitindo falsidades”. A maior parte dos autores consultados para este trabalho classifica *fakenews* como um tipo de desinformação.

A rapidez com que as *fakenews* se espalham em comparação às notícias reais na internet é alarmante, muito por conta do uso massivo das redes sociais e do pouco tempo que as pessoas dedicam à verificação das informações. Além disso, os usuários tendem a se engajar mais com conteúdos emocionais, mesmo que incorretos, o que potencializa o alcance das notícias falsas.

As *fakenews* podem levar pessoas a tomar decisões erradas baseadas em dados falsos, colocando em risco suas vidas, a de outros ou a saúde pública. Temos exemplos mais recentes tais como a desinformação sobre vacinas que resultou na queda das taxas de vacinação e no ressurgimento de doenças como o sarampo e, a influência em processos políticos que interferiram na democracia.

No contexto digital atual, onde a informação e a desinformação são abundantes e o acesso a elas é rápido, desenvolver habilidades de pensamento crítico se torna essencial para navegar de forma eficaz e ética.²⁴ O pensamento crítico, definido como a habilidade cognitiva de analisar argumentos, identificar vieses, reconhecer a validade das fontes de informação e formar opiniões baseadas em evidências, é fundamental para a formação de cidadãos informados, capazes de tomar decisões bem fundamentadas e participar de debates construtivos. Este processo envolve a análise de credibilidade das fontes de informação e a formação de opiniões baseadas em evidências reais e verdadeiras.²⁵

Além disso, a era digital, caracterizada por uma quantidade esmagadora de informações, contribui para o consumo superficial de conteúdo sem uma análise

²³ MACKENZIE. *O que são fakenews? Conheça a história e o impacto delas na sociedade*. Disponível em: <https://blog.mackenzie.br/vestibular/atualidades/fake-news-conheca-o-impacto-na-sociedade/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

²⁴ MACHADO, M. O. *O pensamento crítico na era IA*. Advocacia Empreendedora, 2023. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/o-pensamento-cr%C3%ADtico-na-era-da-ia-maria-ol%C3%ADvia-machado/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

²⁵ UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora. *Mídias sociais e jornalismo: os perigos da desinformação*. UFJF Notícias, 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/06/30/midias-sociais-e-jornalismo-os-perigos-da-desinformacao/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

crítica, o que pode levar a decisões precipitadas, pensamento superficial, falta de reflexão e pouca atenção aos detalhes. Recomenda-se buscar ativamente por pontos de vista diversos, ouvir opiniões opostas e evitar a preguiça intelectual.

A cultura da imediatez e as "bolhas" criadas por algoritmos, que limitam a exposição a perspectivas diversas e novas, ou informações contraditórias, destacam a importância de cultivar o pensamento crítico na era da inteligência artificial. Isso é crucial devido à superficialidade e ao excesso de informações, onde o pensamento crítico se torna essencial para o futuro da sociedade e o bem-estar das gerações futuras. Adotar uma abordagem crítica não apenas capacita os indivíduos a fazerem escolhas informadas e éticas online, mas também prepara o indivíduo para enfrentar os desafios da vida com confiança, tornando-o pensador independente capaz de tomar decisões informadas.

Considerações finais

O mundo digital está provocando transformações significativas nas tarefas diárias, pensamentos e percepções, trazendo novos debates éticos e morais, especialmente em relação ao comportamento digital ético e seu impacto na sociedade.

A cidadania digital, caracterizada pelo emprego consciente, responsável e seguro de tecnologias e ferramentas digitais no mundo virtual, compreende oito elementos essenciais: acesso, alfabetização, comunicação, etiqueta, comércio, direitos, segurança e saúde no ambiente digital. Além de promover o desenvolvimento pessoal e social de indivíduos e comunidades, ela desempenha um papel crucial na proteção de dados pessoais e profissionais.

Dentre os elementos principais da cidadania digital destacou-se a comunicação digital que é a forma como as interações acontecem no ambiente digital, incluindo compartilhamento de informação desde o envio de mensagens até a produção de conteúdo. Foi abordada a importância crítica da ética na comunicação digital e o papel fundamental que desempenha na construção de uma cidadania digital responsável.

Os desafios e implicações éticas do comportamento digital foram mencionados, incluindo a proteção da privacidade, a luta contra a desinformação e a promoção da responsabilidade na criação de conteúdo. Estas questões destacam a necessidade de um compromisso contínuo com práticas éticas, não só para salvaguardar a dignidade e privacidade dos usuários, mas também para fortalecer a confiança e credibilidade no espaço digital.

Enfatizou-se também a importância das estratégias voltadas para a promoção da ética digital, incluindo a transparência, o uso responsável da tecnologia, e a inclusão digital. Ao adotar essas práticas, indivíduos e organizações podem contribuir significativamente para um ambiente digital mais seguro, inclusivo e ético.

Portanto, conclui-se que a ética na comunicação digital não é apenas um ideal a ser perseguido, mas uma necessidade urgente que todos nós, como membros ativos da sociedade digital, devemos nos esforçar para incorporar em nossas interações diárias no espaço digital.

É essencial reconhecer que cada indivíduo tem um papel a desempenhar na promoção de uma comunicação digital ética e responsável. Seja como consumidores de conteúdo, criadores, educadores ou legisladores, a responsabilidade compartilhada de construir um ambiente digital seguro e inclusivo é crucial. Com o compromisso de seguir práticas éticas, verificar informações antes de compartilhá-las e respeitar as leis e regulamentações sobre conteúdo digital, podemos juntos combater a desinformação e cultivar um espaço digital mais positivo e produtivo.

Referências

1DOC. **Afinal, por que promover a cidadania digital é tão importante.** 1DOC, 2024. Disponível em: <https://blog.1doc.com.br/cidadania-digital/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

AWARI. **Qual é a importância da ética para o marketing digital.** AWARI, 2023. Disponível em: https://awari.com.br/qual-e-a-importancia-da-etica-para-marketing-digital/?utm_source=blog&utm_campaign=projeto+blog&utm_medium=Qual%20%C3%A9%20a%20Import%C3%A2ncia%20da%20%C3%89tica%20para%20Marketing%20Digital. Acesso em: 19 abr. 2024.

BARBOZA, E. D.; SERVIDONI, M. C. **O impacto das fake news na sociedade.** *Revista Interface Tecnológica*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 169–180, 2021. DOI: 10.31510/inf.v18i1.1168. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/1168>. Acesso em: 19 abr. 2024.

CAVALCANTI, A. E. L. W. et al. **Cartilha cidadania digital.** São Paulo: Metropolitanas Unidas, 2021.

CERTIFICADO DIGITAL. **O que é cidadania digital? Fique por dentro deste conceito.** Serasa Experian, 2022. Disponível em: <https://serasa.certificadodigital.com.br/blog/e-conectividade-social/cidadania-digital/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

DOCUSIGN. **Cidadania digital: tudo o que você precisa saber.** Docusign, 2018. Disponível em: <https://www.docusign.com/pt-br/blog/cidadania-digital>. Acesso em: 19 abr. 2024.

ECYCLE. **Cidadania digital: qual seu papel na educação.** Ecycle, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/cidadania-digital/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

FARIAS, M. W. N. de. **Ética na produção e compartilhamento da informação: tensões a partir de uma perspectiva teórica.** *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação*, São Cristóvão, v. 9, p. 1–18, 2022. DOI: 10.24208/rebecin.v9.345. Disponível em: <https://portalabecin.org.br/rebecin/article/view/345>. Acesso em: 19 abr. 2024.

FASTERCAPITAL. **Ética nas mídias sociais: como seguir e promover princípios e práticas éticas nas mídias sociais.** FasterCapital, 2024. Disponível em: <https://fastercapital.com/pt/contente/Etica-nas-midias-sociais--como-seguir-e-promover-principios-e-praticas-eticas-nas-midias-sociais.html>. Acesso em: 19 abr. 2024.

FASTERCAPITAL. **Ética nas mídias sociais: como seguir e promover valores e princípios nas mídias sociais.** FasterCapital, 2024. Disponível em: <https://fastercapital.com/pt/contente/Etica-nas-midias-sociais--como-seguir-e-promover-valores-e-principios-nas-midias-sociais.html>. Acesso em: 19 abr. 2024.

IBERDROLA. **Ética na internet: a chave do futuro digital**. Iberdrola, [s.d.]. Disponível em: <https://www.iberdrola.com/compromisso-social/etica-na-internet>. Acesso em: 19 abr. 2024.

LÉ, J. B.; ANECLETO, U. C.; RIBEIRO, A. E. **Saindo das bolhas de pós-verdade: ética da informação para fluência digital e combate às fake news**. *Revista Linguagem em Foco*, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 29–48, 2022. DOI: 10.46230/2674-8266-14-9292. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/9292>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MACHADO, M. O. **O pensamento crítico na era IA**. *Advocacia Empreendedora*, 2023. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/o-pensamento-cr%C3%ADtico-na-era-da-ia-maria-ol%C3%ADvia-machado/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

MACKENZIE. **O que é ética no mundo digital e por que é importante?** Mackenzie, [s.d.]. Disponível em: <https://blog.mackenzie.br/mercado-carreira/mercado-de-trabalho/noco-es-de-etica-no-mundo-digital-2/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

MACKENZIE. **O que são fake news? Conheça a história e o impacto delas na sociedade**. Mackenzie, [s.d.]. Disponível em: <https://blog.mackenzie.br/vestibular/atualidades/fake-news-conheca-o-impacto-na-sociedade/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

ONU BRASIL. **Informe de Política para a Nossa Agenda Comum: integridade da informação nas plataformas digitais**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-10/ONU_Integridade_Informacao_Plataformas_Digitais_Informe-Secretario-Geral_2023.pdf. Acesso em: 19 abr. 2024.

OXFORD. **Oxford Languages e Google**. Oxford University Press, [s.d.]. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

PEREIRA, A. C. **Os nove elementos da cidadania digital que os seus alunos precisam conhecer**. Cypher Learning, 2022. Disponível em: <https://www.cypherlearning.com/pt-br/blog/k-20/os-nove-elementos-da-cidadania-digital-que-os-seus-alunos-precisam-conhecer>. Acesso em: 19 abr. 2024.

REQUENA, G. **A importância da responsabilidade na produção de conteúdo**. Luupi, 2021. Disponível em: <https://luupi.com.br/responsabilidade-na-producao-de-conteudo/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

RIBBLE, M.; BAILEY, G. D. **Digital citizenship in schools**. Washington, D.C.: International Society for Technology in Education, 2007.

SILVA, D. F. R. et al. **Cidadania digital na era da informação: pelo fortalecimento da educação e da democracia em face ao perigo da desinformação**. *Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA*, Ariquemes, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.31072>. Disponível em: <https://revista.faelma.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/download/1048/951/3269>. Acesso em: 19 abr. 2024.

TOTVS. **Cidadania digital: o que é, elementos e mais!** Totvs, 2023. Disponível em: <https://www.totvs.com/blog/gestao-para-assinatura-de-documentos/cidadania-digital/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Mídias sociais e jornalismo: os perigos da desinformação**. *UFJF Notícias*, 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/06/30/midias-sociais-e-jornalismo-os-perigos-da-desinformacao/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

4. POR UMA ÉTICA COMPROMETIDA COM A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

PROFA. DRA. RENATA DA ROCHA¹

Introdução

Uma ética comprometida com a efetivação dos direitos humanos é, em última análise, a escolha, isto é, a deliberação consciente de que o agir deve ser pautado pelo respeito ao outro. Assim, enquanto ciência da liberdade, a ética é um convite a refletir sobre como a vida na *polis*, a vida política, se constitui um desafio quando se trata de efetivar direitos humanos. Ao contrário da afirmação aristotélica segundo a qual o homem é um animal político, a afirmação arendtiana é no sentido de que política não pertence a essência humana, a política decorre da convivência, baseia-se na pluralidade e trata da coexistência entre os diferentes.

O direito, assim como a política, se perfaz na presença de duas ou mais pessoas e dentre os seus objetivos está a pacificação social. O caminho para alcançá-la é alicerçado em valores antigos, incontestáveis, incontroversos e nem por isso fáceis de serem atingidos, quais sejam, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, fins últimos de um Estado Democrático, Social e de Direito. É preciso reconhecer que não se chega a essa República, sem que se promova uma educação para a cidadania, pois é dela a genuína vocação para a efetivação dos direitos humanos.

A Ética das virtudes na antiguidade

A ética das virtudes nasce a partir da filosofia grega e se forja em torno do conceito de *areté*, isto é, da ideia de que a nobreza de caráter e a excelência moral devem ser o escopo da vida humana. Essa é, pois, a essência da filosofia clássica, segundo a qual a vida que não é refletida, não é digna de ser vivida e, neste sentido, a reflexão deve ser orientada para o desenvolvimento e para o aperfeiçoamento das virtudes. Há, todavia, que se registrar que durante muito tempo a contemplação da vida que é, por excelência, a prática que tem potencial para conduzir a uma

¹ Universidade Presbiteriana Mackenzie.

vida virtuosa, era privilégio dos *aristoi*, integrantes da aristocracia, aqueles que afortunadamente haviam herdado as virtudes de seus ancestrais.²

A noção de que a educação, entendida como superioridade intelectual é transmitida pelo sangue, através da descendência, começa a ser superada com o advento das cidades-Estado e o surgimento da vida na *pólis*, que passa a exigir uma educação fundada na ética e, uma ética alicerçada no cultivo, no hábito, na aquisição de uma segunda natureza, mais próxima e alinhada com valores que permitem o convívio na *res pública*. Assim, a vida em comunidade vai reclamar que cada um dos indivíduos se comprometa com questões que versem sobre a liberdade e a sujeição, o respeito e a afronta, a justiça e a iniquidade.

Aristóteles, por sua vez, trata de ensinar que a ética, a virtude, a honra e a nobreza do caráter, não são atributos que decorrem do nascimento, ao contrário, estão relacionados à educação, isto é, podem ser alcançados por todo e qualquer ser humano como resultado de um longo processo, fruto do esforço e do hábito. O estagirita inicia o Livro II de sua *Ética* a Nicômaco destacando a existência de duas espécies de excelência a intelectual e a moral “[...] em grande parte a excelência intelectual deve tanto o seu nascimento quanto o seu crescimento à instrução (por isso ela requer experiência e tempo); quanto à excelência moral, ela é o produto do hábito [...]”.³

A compreensão de que a ética é imprescindível na vida em sociedade e a consciência de que as escolhas, as ações, os comportamentos e as condutas de uns, acabam por ter impacto direto na vida dos demais, bem como a percepção de que a virtude não é mero acaso, ou seja, de que os indivíduos podem e devem se responsabilizar em adquiri-las através da educação, permitiu que direitos individuais e sociais se desenvolvessem na modernidade, alcançando o seu ápice com a afirmação de direitos humanos na contemporaneidade.

A afirmação dos direitos individuais e sociais na modernidade

O período histórico que se inicia em meados do XIII e que se estende até a Revolução Francesa, no ano de 1789, se convencionou chamar de Modernidade. É marcado pela emancipação do homem que começa a se afirmar como um ser racional e independente, que progressivamente tende a se libertar dos grupos sociais a que sempre esteve submetido, por exemplo, o clã e o estamento. Com a substituição da concepção orgânica⁴ da sociedade pela concepção individualista, o homem

² JAEGER, W. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 337.

³ ARISTÓTELES. *Ética à Nicômaco*. 4. ed. Brasília: UnB, 2001, p. 114-115.

⁴ A concepção orgânica da sociedade é aquela segundo a qual, o todo é anterior às partes, ou seja, a sociedade é mais importante que os homens individualmente considerados, este pensamento, identificado na ética aristotélica a partir da concepção do homem como *zoon politikon*, ou seja, a partir da convicção de que os homens são, por natureza, animas sociais, que se orientam naturalmente para a vida em sociedade e que espontaneamente se agregam, constituiu o alicerce da democracia ateniense. Todavia, doravante, com a Modernidade, este pensamento restará superado. Neste sentido a lição de Norberto Bobbio “Nunca será suficientemente

passará a ser afirmado como indivíduo, esta individualidade se converterá em um marco no estabelecimento de limites à atuação do Estado e a simbolizar o fundamento das democracias Modernas. Neste sentido Carlos Eduardo Bittar ensina:

[...] a Modernidade implica um longo processo histórico, a iniciar-se em meados do século XIII e a desdobrar-se em sua consolidação até o século XVIII, de desenraizamento e laicização, de autonomia e liberdade, de racionalização e de mecanização, bem como de instrumentalização e industrialização. Desta forma, pode-se dizer que a modernidade envolve aspectos do ideário intelectual (científico e filosófico) associados a outros aspectos econômicos (Revolução Industrial e ascensão da burguesia) e políticos (soberania, governo central, legislação) conjunturalmente relevantes.⁵

A concepção individualista da sociedade não é, contudo, a que mais ganha relevo para o estudo da afirmação dos direitos dos homens. Embora o reconhecimento da individualidade tenha se convertido em um divisor de águas no que concerne à conquista de direitos perante o Estado, é preciso lembrar que jurídica e filosoficamente ganha consistência a teoria do contratualismo moderno. De inspiração jusnaturalista, o contratualismo é a teoria por meio da qual se defende que os seres humanos possuem direitos naturais, inalienáveis, invioláveis, imprescritíveis, comuns a todos os homens e não apenas a uma parcela dos indivíduos e que o poder político entregue pelos indivíduos ao Estado se origina, verdadeiramente, a partir de um pacto social ou contrato social.

A ideia de um pacto social, isto é, um contrato que faz lei entre as partes que o subscrevem, a saber, entre os indivíduos e o soberano, e que obriga aqueles que o ratificam, está no âmago de uma nova ordem que se instaura a partir de então, com a afirmação dos direitos de primeira, segunda e terceira geração, consagrando a superação do Estado Absoluto e a inauguração do Estado Representativo de Direito.

Da evolução histórica dos direitos humanos

A hipótese de que os direitos não nascem todos de uma só vez e nem de uma vez por todas, é defendida como tese da *historicidade dos direitos* por Norberto Bobbio. Para o autor de *A era dos direitos*, os direitos tendem a ser afirmados

sublinhada a importância histórica dessa inversão. Da concepção individualista da sociedade, nasce a democracia moderna (a democracia moderna no sentido moderno da palavra), que deve ser corretamente definida não como o faziam os antigos, isto é, como o 'poder do povo', e sim como o poder dos indivíduos tomados um a um, de todos os indivíduos que compõem uma sociedade regida por algumas regras essenciais, entre as quais uma essencial, a que atribui a cada um, do mesmo modo como a todos os outros, o direito de participar livremente na tomada das decisões coletivas, ou seja, das decisões que obrigam toda a coletividade.

⁵ BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 42.

na medida em que as sociedades passam por alguma transformação significativa, paradigmática, drástica, ou seja, capaz de mudar significativamente os rumos da história.

Assim, o jusfilósofo italiano argumenta que os direitos de primeira geração, segunda geração, terceira e quarta gerações são justamente isto, a constatação de que uma mudança política, econômica ou mesmo científica, entre outras, foi capaz de revelar a necessidade de afirmação de novos direitos, aptos a resguardar os homens tanto individual, quanto coletivamente, diante de novas conjunturas sociais que se apresentavam.

Neste sentido a *Magna Charta Libertatum*, firmada em 1215, a lei de *Habeas-Corpus* de 1679, e a *Bill of Rights* de 1689, representam garantias primárias e cumprem o papel de preparar o terreno para que, em um segundo momento, inspiradas, entre outros, nas reflexões de John Locke, Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant, a Revolução Francesa viesse a eclodir e fosse capaz de conduzir às Declarações americana e francesa, 1776 e 1789 respectivamente, e ao constitucionalismo moderno com a consequente positivação dos fundamentais direitos dos indivíduos, dentre os quais, destacam-se: vida, liberdade e igualdade entre outros.

Em comum, tanto a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, quanto a Declaração americana, encontram-se imbuídas de um ideal igualitário, proclamam de modo razoavelmente semelhante os direitos fundamentais dos indivíduos e conclamam que todos os homens são, por natureza, livres e iguais, e que possuem em razão disto certos direitos inalienáveis, imprescritíveis, irrenunciáveis e universais, dentre os quais o direito à vida, à liberdade, à segurança e a propriedade; ambas reconhecem a vulnerabilidade, própria da condição humana e, portanto, presente em toda a humanidade, passível de tutela; ambas exaltam a singularidade de cada indivíduo e a universalidade dos direitos humanos, qualidades essenciais que conduzem à noção de respeito à individualidade e, sobretudo, à diversidade, sem as quais as sociedades democráticas não subsistem.

Já os direitos de segunda geração podem ser classificados como direitos sociais. Surgem em decorrência do estabelecimento do modo capitalista de produção, da economia de mercado e da Revolução Industrial, fatos que promoveram a divisão da sociedade em classes, dentre as quais destaca-se: patrões e empregados. A assimetria de poder econômico entre essas classes, a hipossuficiência do empregado em relação ao empregador, a pauperização das condições de trabalho e a predominância da exploração da mão de obra, engendrou a afirmação dos direitos sociais de segunda geração nas constituições mexicana e alemã, nos anos de 1917 e 1919, respectivamente. Como resposta a desigualdade estabelecida a partir dessa realidade, foram afirmados o direito à saúde, à segurança, à previdência, entre outros.

Ainda na segunda metade do século XX, o saldo de duas Guerras Mundiais indicava a necessidade de afirmação dos direitos de terceira geração, relativos não apenas aos indivíduos e às classes sociais, mas dirigidos à humanidade. É neste

contexto que se busca resguardar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e que se empenha na promoção de um direito à solução pacífica dos conflitos entre as nações. Os destinatários dessas normas encontram-se unidos e irmanados pela noção que lhes é comum, aquela relacionada à consciência de pertencimento à humanidade. Seu marco regulatório é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, sua missão primordial é defender uma ética comprometida com a efetivação dos direitos humanos.

Assim, do antropocentrismo socrático ao humanismo renascentista, o desafio da vida em sociedade permanece o mesmo, qual seja, educar o cidadão para a responsabilidade que implica em liberdade e respeito ao outro no espaço público, para a consagração de questões atemporais, imutáveis, mas que lamentavelmente, foram relegadas ao esquecimento nos dias atuais, tais como igualdade e diversidade. A educação, qualquer que seja o seu tempo, não pode se desvincular das dimensões que lhe são inerentes, a saber, dimensão ética e política. Neste sentido, François Ost pontualmente assinala:

Liberdade, distanciamento em relação às determinações naturais, perfectibilidade, história, cultura: eis algumas das expressões do salto qualitativo que conheceu a evolução biológica, com a passagem dos macacos mais evoluídos aos homens mais primitivos. Todos estes traços derivam do primeiro: a faculdade de se transportar para outro lado, de se proteger num espaço-tempo diferente, de recusar sua condição. Esta faculdade tem um nome: o dom da universalização. Distanciando-se em relação às determinações do *hic et nunc*, o homem é capaz de se universalizar: de se colocar no lugar do outro, não importa qual.⁶

Não é outra, senão esta, a missão dos chamados Estados Democráticos de Direito na contemporaneidade, a pacificação das sociedades, o restabelecimento do diálogo, a promoção da cidadania, a proteção e a efetivação de uma ética comprometida com os direitos humanos.

Considerações finais

Na Antiguidade clássica, a sociedade helênica idealizava o homem como alguém portador de vícios e virtudes. Os mitos, narrativas fantasiosas, tinham exatamente essa função pedagógica de ensinar os indivíduos onde poderiam sucumbir, quais vaidades poderiam sorrateiramente iludir e desviar, e quais virtudes deveriam orientar no caminho em direção à excelência moral. As virtudes tinham como função principal governar os vícios e, portanto, a cada nova geração se refor-

⁶ OST, François. *A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do direito*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995, p. 248-249.

çava o compromisso educacional de ensinar a nascer, viver e morrer com dignidade e honra. Educava-se para a arte de viver, com a consciência de que ninguém é uma ilha e com a firme convicção de que viver é conviver.

Arraigados em uma educação capaz de forjar cidadãos, não lhes bastavam apenas os saberes relacionados à álgebra e aritmética, entre outros, era imperioso a poesia, a fim de que a sensibilidade se aguçasse, bem como a retórica, capaz de nutrir os indivíduos para a vida política. A dimensão ética e política, portanto, eram instâncias presentes na gênese da democracia ateniense.

Eis, pois, o alicerce sobre o qual se edificou, séculos mais tarde, a noção de direitos humanos que hoje reclama atenção. Valores como a honestidade, a paixão, o perdão, a tolerância, a gentileza, a perseverança, a cordialidade, considerados valores transcendentais, representavam, para os gregos, virtudes a serem ensinadas cotidianamente, efusivamente, cansativamente, não necessariamente nas escolas, mas pela família e pela comunidade.

Esta é a concepção de uma ética comprometida com os direitos humanos. Os direitos humanos, tal como idealizados, não serão alcançados enquanto forem entendidos apenas como normas jurídicas positivadas. Os direitos humanos são, em sua essência, um imperativo ético que, antes de obrigar, convidam todos aqueles que vivem e, inexoravelmente, convivem, a coexistirem pacífica e harmoniosamente.

Referências

ARISTÓTELES. *Ética à Nicômaco*. 4. ed. Brasília: UnB, 2001.

BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

JAEGGER, W. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

OST, François. *A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do direito*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

5. POR UMA ÉTICA COMPROMETIDA COM A CIDADANIA: TECNOCIÊNCIA

PROF. DR. FABIO SILVA LOPES¹

O homem é um ser analógico que vive em um mundo digital.
Martin Roth

Introdução

A frase no caput deste texto deriva de uma tradução livre, a partir do título do álbum de música eletrônica de Martin Roth “An Analog Guy in a Digital World” (Roth, 2017). Outras pessoas também se apropriaram da ideia como é o caso da escritora Renata Vilensky (2023) com o título “Ser um humano analógico não fere o meu lado digital”. Mas vamos ao ponto que nos interessa.

Tenho refletido sobre os desdobramentos desta frase. Por um lado, a natureza humana é analógica. Exploramos a nossa natureza biológica moldada pela forma como experimentamos o mundo, através de nossos sentidos e percepções. Nossa capacidade de ver, ouvir, saborear, cheirar e tocar nos fornece informações essenciais para a nossa sobrevivência. Essa experiência é fundamental para o desenvolvimento da nossa cognição, da nossa comunicação e da nossa cultura.

É importante entender o que significa ser analógico. O termo “analógico” é um adjetivo relativo a analogia, que remete à relação de semelhança entre coisas ou fatos distintos. Não obstante, a analogia também é utilizada para nos referirmos à semelhança funcional entre órgãos e estruturas distintas no universo da biologia.

Quando colocamos o ser humano como uma entidade analógica, estamos considerando aspectos biocomportamentais, sobre percepções e sentidos que já dissertamos aqui. Mas, de fato há uma certa inconsistência semântica quando evoluímos na comparação sobre analógico e digital. O primeiro termo está associado à semelhança, já o segundo, aos dados.

¹ Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Uma pergunta interessante pode materializar o que estamos analisando. Se questionarmos um matemático sobre: Quantos números há entre os números zero e um? Ele certamente dirá: infinitos, pois eles pertencem ao universo dos números reais. Este é um exemplo analógico, de como os ponteiros de um relógio - que caminham na mesma frequência e a leitura das horas - se torna uma interpretação de quem observa. No caso do digital, números entre 0 e 1, talvez nenhum, afinal, são números inteiros. Salvo exceção, se considerarmos fracionamentos.

Filosofia à parte, 0 e 1 são mais conhecidos no mundo como binários. É a base do mundo digital. Tudo que observamos no mundo digital hoje é composto por combinações de zero e um.

Ao longo da nossa existência, moldamos organizações com base nas conexões analógicas que desenvolvemos como seres humanos sociais. Essa natureza analógica está profundamente enraizada em nossa biologia e evolução.

Há cerca de 10 mil anos, nossos ancestrais mudaram o estilo de vida nômade para constituir povoados. Nesse momento da história, começamos a acumular mais coisas do que conseguimos carregar. Foi necessário se estabelecer em um ponto fixo para viver, bem como, fazer registros das coisas acumuladas como, quantidade de grãos ou posses que tínhamos por meio da escrita. Assim, evoluímos nas formas de escrita e registros e os meios de manter esses conteúdos.

No mundo contemporâneo, os registros são feitos de modo digital, em combinações de zero e um. Contribuímos assim para a construção de um mundo digital, digitalizando tudo que vemos, dizemos ou fazemos. Além disso, produzimos conteúdos digitais sobremaneira, alcançando quantitativos digitais na ordem de *Petabytes*. A título de comparação, se considerarmos vídeos de 1h, de alta resolução, poderíamos ter em torno de 260 mil vídeos armazenados em apenas um *Peta-byte* de espaço de armazenamento.

De modo complementar, quando nos referimos a dados em grande escala de Volume, Velocidade e Variedade, chegamos ao termo *Big Data* para endereçar processamento de dados que estão além da capacidade operacional de computadores convencionais. Sob outra ótica, o mundo digital também contribuiu para estarmos mais próximos uns dos outros neste mundo. Seja porque já somos oito bilhões de habitantes neste planeta que não mudou de tamanho, ou porque a tecnologia nos aproxima.

Na década de 1950, um artigo científico demorava meses ou anos para chegar ao conhecimento de toda a comunidade científica. Hoje isso ocorre de modo praticamente instantâneo porque as comunicações científicas são disponibilizadas em portais eletrônicos na Internet. Podemos ler publicações ou assistir palestras transmitidas de qualquer um dos cinco continentes, vide por exemplo os TED Talks disponíveis no Youtube (@TED, 2025).

Não somente ver, mas também, interagir. É muito simples se comunicar com alguém que não está fisicamente presente. Ampliamos esta capacidade durante a pandemia do COVID-19. Mas também geramos dependência excessiva de dispositivos eletrônicos, que pode nos levar ao isolamento social e a uma desconexão do mundo físico ao nosso redor.

Porém, a privacidade tornou-se uma preocupação importante, visto que estamos constantemente compartilhando informações pessoais em troca de conveniência e funcionalidade. É inegável que a tecnologia se tornou uma parte de nossa existência moderna, moldando e transformando a maneira como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos.

Segundo Moreno (2013), a Sociedade em rede na qual estamos inseridos, vem se apropriando de novas tecnologias de informação, que contribui para acelerar a emergência que temos para consumir informação. Contudo o universo analógico pode ser incapaz de atender aos novos patamares de volume, velocidade e variedade de dados que produzimos e consumimos no universo digital.

Nosso modelo mental está cada vez mais apoiado no universo digital. Entender valores e história nos ajuda a perceber que muito do que temos são melhorias do que existia antes. Estas reflexões viabilizam uma jornada pessoal mais robusta, sem visões distorcidas sobre o que estamos vivendo (Vilenky, 2023).

Temos a capacidade de modificar a plasticidade cerebral em função de respostas aos estímulos que recebemos ao longo da vida. Isso é bom, pois nos permite evoluir, crescer e inovar. Nas nossas vidas pessoais, em nossa sociedade e nas organizações que trabalhamos (Moreno, 2023).

Neste universo, composto por códigos, algoritmos e informações mais acuradas, tem espaço garantido no contexto das organizações. Organizações do mundo atual desenvolvem processos de digitalização de documentos e processos na perspectiva de melhorar produtos e serviços, bem como se manter atualizada com as novas tecnologias que o mercado oferece.

Intitulado como “inovação”, as novas tecnologias provêm capacidade de gerar informação de modo mais rápido e acurado para que os gestores das organizações sejam capazes de tomar decisões orientadas a dados ou seja *data-driving*.

Neste contexto, a inteligência artificial tem superlativado esse universo por meio das ferramentas de LLM (Large Language Model), que chegaram com grande intensidade para a nossa sociedade em 2022. Basta olhar o Google Trends para ver a evolução dos termos LLM e GPT a partir deste ano (Google, 2024).

Embora as pesquisas em linguagem natural estejam em evidência há mais de 10 anos. O ano de 2022 foi um divisor de águas, pois alcançamos uma maturidade nesse tipo de aplicação, de modo que as ferramentas efetivamente colaboram nas

diversas tarefas textuais que desenvolvemos. O salto foi tão grande que até os pesquisadores da área, que acompanham o desenvolvimento dessas tecnologias, se surpreenderam com as ferramentas que temos à mão nos dias de hoje.

Nesta linha observamos a criação de conteúdo como nunca vimos anteriormente. Livros, textos, artigos, blogs e outros conteúdos de qualquer natureza são produzidos com o auxílio dessas ferramentas. Trabalhos como tradução de textos, correção ortográfica ou ainda, o versionamento para outros tipos de escrita, como a científica ou a literária, estão entre as atividades que o Chat GPT da OpenAI, o Copilot da Microsoft e o Gemini da Google estão atuando.

Além de apresentar as maravilhas que essas ferramentas podem produzir, ou mesmo as alucinações que elas podem gerar, cabe, pois lançar foco na questão ética que envolve estas tecnologias.

A ética e as tecnologias

Um aspecto a considerarmos diz respeito a uma crescente preocupação sobre a mão de obra humana em substituição a estas tecnologias. Uma recente pesquisa da Fundação FHC aponta que a digitalização e a Inteligência Artificial acontecem no Brasil, em um cenário de desigualdades e atrasos históricos. Estas tecnologias podem agravar este cenário ou contribuir para um salto maior na superação destes problemas (Noujaim *et al.*, 2023).

A primeira questão que podemos explorar é o desaparecimento de determinados postos de trabalho e o surgimento de outros novos. Nesta aritmética preocupante temos muitas pessoas que perderão empregos e não estarão qualificadas para os novos. É fato que observamos este fenômeno há muito tempo. Ocorre agora que a tecnologia da informação vem acelerando o processo e, não obstante, tem promovido de modo exponencial o crescimento do abismo digital entre aqueles que são letrados em dados e os que não são.

Entende-se por letrados em dados as pessoas capazes de entender produtos analíticos, como por exemplo fazer a interpretação de um gráfico ou mesmo entender o que significa uma porcentagem. Observando resultados do Brasil no PISA - OCDE, podemos observar melhoras da nossa participação, porém, ainda aquém do esperado (OCDE, 2023).

Algo a ser ponderado é que as tecnologias que utilizamos são produzidas por poucas empresas, as *Big Techs*. Isso gera uma dependência direta, ampliada na medida em que aderimos aos novos produtos tecnológicos, em especial aqueles munidos de inteligência artificial, cada vez mais presentes no nosso cotidiano.

É importante observar que a ética implementada para gerar os resultados da inteligência artificial é “programável”. Neste momento da evolução humana não

temos uma máquina capaz de realizar cognições como seres humanos. Tudo que vemos resulta de algoritmos e cálculos matemáticos.

Podemos comparar os produtos de IA e um cachorro novo recém-chegado em casa. Na primeira vez que vamos utilizar uma coleira para passear, o cachorrinho não entende o que vai acontecer, então ele resiste ao passeio e vai forçado, mas guardou na memória alguns momentos felizes do passeio. Na segunda vez, ele vai lembrar do passeio anterior e oferecerá menor resistência para sair. Já na terceira, vez basta pegar a coleira que a felicidade será manifestada de imediato. Nosso pet já entendeu que vai passear e que isso é uma atividade divertida para ele.

Aí chegamos ao objeto de interesse sobre ética e tecnologia que esperava alcançar. Nossas ferramentas de inteligência artificial apresentam maturidade desta magnitude. Aprendem com dados, acertam e erram a partir dos dados que fornecemos. São moldadas por regras que definimos. São programáveis conforme as nossas expectativas e atendem ao que definimos com ético e moral.

Nos surpreendemos com novos produtos de IA porque, parece um show de ilusionismo. A velocidade em que os resultados são apresentados, temos a impressão de que algo próximo da cognição humana está acontecendo, mas isso tudo nada mais é que a execução de algoritmos em vários computadores, usufruindo dos benefícios do paralelismo computacional.

O fato de um aplicativo produzir uma frase sem erros de gramática, que faça sentido para nós, é resultado de milhões e milhões de operações computacionais combinando palavras que estão armazenadas em bancos de dados. Encaixar uma palavra na sequência de outra significa uma operação matemática probabilística onde há uma margem de acerto na escolha da palavra seguinte. Portanto, não há um raciocínio lógico ou uma cognição inserida na programação dessas aplicações.

Quando escrevo este texto estou utilizando algumas ferramentas que me auxiliam na produção deste material. Por exemplo, um aplicativo de interpretação de fala, acoplado ao editor de texto é capaz de ouvir a minha voz e transcrever minha fala ao corpo do texto, esta aplicação é capaz de entender várias línguas, interpretando o que falo, e transcrever. Uma vez transcrito o texto, o editor de texto já aplica uma correção ortográfica, minimizando a possibilidade de manter palavras de grafia errada no corpo do texto.

Outro recurso está no uso das ferramentas de busca para pesquisar sobre referências ao tema que estou dissertando. Também utilizo uma ferramenta de IA generativa para delinear algumas ideias que pretendo explorar. Neste último caso, a ferramenta funciona como um coautor, capaz de absorver um determinado contexto que nós damos por meio de um prompt para trazer ideias que eu posso eventualmente ter esquecido de explorar ou mesmo que nem havia pensado antes.

É óbvio que, conhecendo como a ferramenta funciona, bem como, as suas limitações, é inviável uma cópia direta da resposta da IA Generativa, mas sim uma análise do que foi apresentado, se for de interesse, cabe uma pesquisa complementar, porque as famosas alucinações da ferramenta são frequentes. A IA generativa já matou muita gente que está viva, criou praia em cidades que estão longe do mar e inventou várias premiações do Nobel para brasileiros. Penso que não vou perder o emprego em função desse uso, ao contrário, é possível produzir uma peça textual mais completa em menor tempo.

Voltando ao ponto, computadores não são antiéticos, mas podem ser programados para fazer coisas antiéticas. Inteligência artificial alucina, ou seja, pode gerar produtos que não são reais. Alguns podem ser interessantes, como as imagens de animais voando no entorno da lua ou mesmo lideranças mundiais estereotipadas como cantores de bandas de rock. Mas outros produtos podem gerar polêmica, como foi o caso da propaganda da Volkswagen Kombi que apresentou a saudosa Elis Regina ao lado da sua filha Maria Rita em um momento que nunca ocorreu. Podemos nos questionar: até que ponto se pode gerar conteúdo sem transpassar barreiras éticas e morais? Mas o que pode ser ético para um pode não ser para outrem.

Vejamos a seguinte constatação: hoje temos mais de 7000 línguas e dialetos no mundo. Contudo, somente 7% está representada por meio de conteúdos na Internet. Ou seja, 97% do conteúdo da internet está escrito em 12 línguas fluentes. A Wikipédia tem mais de 80% dos artigos escritos por pessoas da América do Norte e Europa. Como sabemos, as aplicações de inteligência artificial são treinadas por meio de documentos da Internet, então, são moldadas por elementos textuais destes conteúdos, portanto, seguem preceitos éticos destes conteúdos. Será que há um consenso ético para todos as pessoas do mundo (AXBOM, 2023)? Será que a ética do Norte vale para o Sul?

Muito se discute sobre um processo de globalização que impacta na cultura de sociedades. Somos mais parecidos com americanos do norte porque consumimos cultura deles. E somos menos parecidos com os asiáticos pelo mesmo motivo, de modo inverso. Podemos fazer um novo questionamento: a plasticidade das inteligências artificiais que utilizamos está moldada por quem as gerou. Isso é satisfatório para nós?

Depois das IA's que geram texto e imagem, estamos agora experienciando as multimodais, que podem se valer da junção de dois modais, texto e imagem por exemplo, para produzir novos conteúdos de texto ou imagem. O que poderemos criar com isso? Não sabemos os limites destes produtos. Logo, entendemos que a nossa plasticidade cerebral se molda na medida em que a plasticidade da IA também se molda e os dois evoluem.

Assim como em outras áreas, na Computação também há uma discussão nefasta sobre a possibilidade de algumas profissões desaparecerem. Entre elas, a programação de computadores. Já temos várias ferramentas de apoio que são capazes de escrever código, avaliar problemas e sugerir correções. Já é possível escrever um prompt para criar uma aplicação completa, onde o chat gera resultados para estruturas de programação completas, com arquivos de programas para front-end e back-end.

Não obstante, o movimento low-code tem crescido, com produtos que geram código a partir de parametrização. Sendo assim, é plausível considerar que o profissional de programação deve perder espaço para sistemas de IA mais robustos em um curto prazo.

É difícil conceber essa situação em um mercado de TI com 200 mil vagas em aberto, com cursos de TI que atualmente geram 97% de empregabilidade aos seus egressos.

Se aceitamos que a inteligência artificial pode fazer tarefas de programação, fica mais fácil concordar com Yurval Harari (2024) quando afirma que a profissão do futuro será a do filósofo e não a do programador. Segundo ele, o filósofo poderá ser mais valorizado porque a inteligência artificial lidará cada vez mais com dilemas morais. Logo, os programas que enfrentaremos em tecnologia não serão desafios algorítmicos, mas sim, desafios filosóficos.

Considerações finais

O ser humano, em sua essência, é um organismo biológico. Seus sentidos – visão, audição, olfato, paladar e tato – evoluíram para interagir com o mundo material. Através do contato direto com o ambiente, o homem experimenta sensações, constrói memórias e desenvolve sua compreensão da realidade.

Contudo, criamos um mundo digital que se configura como um espaço virtual, intangível e artificial. Computadores processando dados, onde a informação se torna essencial para a tomada de decisões. Este mundo digital está cada vez mais presente no nosso mundo analógico, impulsionado pela inteligência artificial.

A coexistência do ser analógico no mundo digital gera uma série de desafios e oportunidades. A adaptação a essa nova realidade exige do discernimento sobre o que é ético ao traduzir suas experiências sensoriais em linguagem digital. A comunicação, o trabalho, o lazer e até mesmo as relações interpessoais se moldam de acordo com as lógicas e ferramentas digitais.

No entanto, essa imersão no digital também abre portas para novas possibilidades. O acesso à informação se torna instantâneo e ilimitado. A comunicação se globaliza, permitindo a interconexão com pessoas de todo o mundo. A tecnologia

oferece ferramentas para a criação artística, a inovação científica e o desenvolvimento de soluções para problemas complexos.

O futuro da humanidade estará intrinsecamente ligado à sua capacidade de navegar nesse mundo híbrido, onde o analógico e o digital se entrelaçam. Encontrar o equilíbrio ético e moral neste híbrido é importante para construir um futuro próspero e sustentável.

Referências

@TED. TED Talks Channel. Disponível em <https://www.youtube.com/@TED.2025>

AXBON, P. The Elements of AI Ethics. Portal Medium, 2023. Disponível em: <https://medium.com/@axbom/the-elements-of-ai-ethics-49dd29967694>.

GOOGLE TRENDS. Site de pesquisa sobre termos de busca no Google, 2024. Disponível em <https://trends.google.com.br/>. Acesso em 18 abr. 2024.

HARARI, Y. Nexus: Uma breve história das redes de informação, da Idade da Pedra à Inteligência Artificial. Companhia das Letras. 2024.

MORENO, G. A Plasticidade do Cérebro Humano: Uma Janela para a Inovação, 2023. LinkedIn. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/plasticidade-do-c%C3%A9rebro-humano-uma-janela-para-inova%C3%A7%C3%A3o-moreno/>. Acesso em 18 abr. 2024.

MORENO, J. C. Do Analógico ao Digital: Como a digitalização afecta a produção, distribuição e consumo de informação, conhecimento e cultura na Sociedade em Rede. *Observatório (ISCTE-IUL) Journal*, v.7, n. 4, p. 113-129, 2023.

NOUJAIM, A.; KIPNIS, B.; PENZ, I. Cadernos Vale a pena perguntar: Digitalização e futuro do trabalho. Fundação FHC.

OECD. PISA 2022 Results (Volume I): The State of Learning and Equity in Education, PISA, OECD Publishing, Paris, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/53f23881-en>.

ROTH, M. An Analog Guy in a Digital World. Bandcamp. Álbum digital. Disponível em <https://martin-roth.bandcamp.com/album/an-analog-guy-in-a-digital-world>.

VILENKY, R. F. (2023). Ser humano analógico não fere o meu lado digital. Insper Notícias. Disponível em <https://www.insper.edu.br/noticias/ser-um-humano-analogico-nao-fere-o-meu-lado-digital/>.

6. ÉTICA NA TECNOCIÊNCIA SOB O OLHAR DO PESQUISADOR

PROF. DR. FÁBIO JESUS MOREIRA DE ALMEIDA¹

Introdução

Na palestra intitulada "Ética na Tecnociência: a visão de um Físico", há uma discussão com professores da área de engenharia e computação, mergulhando nas profundezas das definições de ética aplicada à evolução técnica e científica, nas suas respectivas áreas das exatas, para fomentar outras percepções da "*ethos*" ao olhar dos costumes e comportamentos referentes à área técnica de conhecimento aplicado. É estabelecida também premência de compreender a sabedoria como o fundamento do conhecimento e do entendimento ético no avançar da tecnociência.

A ética voltada à cidadania diz respeito à aplicação de princípios morais no contexto da cidadania ativa, onde os direitos individuais e coletivos são respeitados e promovidos, de maneira que os direitos coletivos se sobrepõem aos direitos individuais. Esse compromisso com a ética na cidadania aborda aspectos como: respeito aos direitos humanos, participação ativa na sociedade, solidariedade, responsabilidade ambiental, educação e consciência sobre temas relevantes, integridade e transparência nas ações e decisões, e promoção da resolução pacífica de conflitos, premissas essas que também são regidas numa visão do pessoal de exatas inseridos no contexto do congresso. O objetivo é fomentar uma sociedade justa, equitativa e sustentável, conectando a moral individual com as responsabilidades coletivas em prol do bem comum.

A tecnologia e o humano

Na exploração das interfaces entre ética e técnica, a palestra evoca o pensamento de filósofos proeminentes que trataram da questão da tecnologia e da moralidade humana. Friedrich Nietzsche é frequentemente associado à ideia da "vontade de

¹ Universidade Presbiteriana Mackenzie.

poder", que pode ser interpretada como uma força motriz na inovação técnica e científica.² No entanto, ele também alertou para os perigos de uma sociedade que venera a técnica em detrimento dos valores humanos. Em sua obra, Nietzsche desafiou a premissa de que o progresso técnico é inerentemente bom, argumentando que sem uma fundação ética, a técnica poderia levar a um nihilismo perigoso. Essa perspectiva é crucial quando se considera a ética na tecnociência, pois coloca em evidência a necessidade de um balanço entre avanço técnico e considerações éticas.³

Galimberti, por sua vez, analisa a técnica através do prisma da psicanálise e da filosofia, sugerindo que a técnica moderna transformou o modo como os seres humanos se relacionam com o mundo e com eles mesmos⁴. A técnica, segundo Galimberti, não é apenas uma coleção de ferramentas, mas um mediador fundamental das relações humanas e da autoexpressão. Essa interpretação ressalta a ideia de que a técnica tem o potencial tanto de emancipar quanto de restringir o ser humano, uma dualidade que a ética deve navegar.⁵ Já Hottois aborda a questão da técnica e da ética a partir de uma perspectiva que destaca a autonomia crescente da técnica em relação à ética tradicional. Ele sugere que a técnica moderna, especialmente no contexto da biotecnologia, apresenta desafios éticos sem precedentes que não podem ser completamente compreendidos ou regulados pelos sistemas éticos estabelecidos⁶. A obra de Hottois é particularmente pertinente para o tema da ética na tecnociência, pois ela ilumina a complexidade de integrar avanços técnicos rápidos dentro de uma estrutura ética que evolui mais lentamente.⁷

Esses três filósofos fornecem uma base robusta para a discussão sobre a ética na tecnociência, destacando diferentes aspectos do desafio de harmonizar os avanços técnicos com os valores éticos. Nietzsche nos alerta para os perigos do progresso técnico desenfreado, diferentemente de Galimberti nos faz refletir sobre a técnica como uma extensão da humanidade e Hottois nos chama a reconhecer e enfrentar as novas questões éticas que surgem da tecnociência. Juntos, eles estabelecem um campo fértil para a investigação de como a ética pode e deve se adaptar e guiar a evolução técnica e científica na sociedade moderna.

Fica definido pelos palestrantes das áreas de exatas que sua visão ética se dá como um compromisso a tudo aquilo que de fato não é obrigatório, pontuando que a tecno-prática é um trem inevitável que nos cercam em todas as áreas⁸, nos

² NIETZSCHE, F. *A Genealogia da Moral: Uma Polêmica*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³ NIETZSCHE, F. *Assim Falou Zaratustra: Um Livro para Todos e para Ninguém*. Tradução Mário Ferreira dos Santos. Petrópolis: Vozes, 1998.

⁴ GALIMBERTI, H. *Psiche e techne: L'uomo nell'età della tecnica*. Milão: Feltrinelli, 1999.

⁵ GALIMBERTI, H. *Il tramonto dell'occidente*. Milão: Feltrinelli, 2018.

⁶ HOTTOIS, G. *Le signe et la technique: La philosophie à l'épreuve de la technique*. Paris: Aubier, 1984.

⁷ HOTTOIS, G. *L'inflation du langage dans la philosophie contemporaine*. Bruxelas: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1979.

⁸ BAUERLEIN, M. *The Digital Divide: Arguments for and Against Facebook, Google, Texting, and the Age of Social Networking*. [S.l.]: TarcherPerigee, 2011.

processos cotidianos, nas bases de produção, nas ferramentas do saber, no constructo da sociedade, nas relações comerciais, nas jurisdições, enfim, em tudo, como a prática sendo ferramenta de aperfeiçoamento da técnica, e a técnica teórica que pode ser empírica ou construída como prévia em qualquer campo de atuação.

Mesmo nas exatas então, ficam as premissas do respeito pelos direitos humanos, Todo cidadão tem direitos inalienáveis que devem ser respeitados e protegidos por todos, independentemente de raça, gênero, religião, orientação sexual, origem ou condição socioeconômica⁹; a participação ativa de ser um cidadão ético significa não apenas conhecer seus direitos, mas também desempenhar um papel ativo na sociedade, seja votando, envolvendo-se em atividades comunitárias ou levantando questões de interesse público.

Nas relações tecno-científicas as responsabilidades ganham ar de proteção de dados e conservação ambiental, solidariedade de senso comum aos cidadãos que não sofreram inclusão digital, conscientização da supressão de algumas atividades e uma educação tecnicista para elencar a máquina e a tecnologia no protagonismo humano, e entender que todas as relações a partir de certo ponto é inferida por coleta de dados, apesar da conservação da individualidade.^{10, 11}

Em essência, a ética comprometida com a cidadania envolve um compromisso pessoal e coletivo de criar uma sociedade justa, equitativa e sustentável, onde os direitos e responsabilidades de cada cidadão são respeitados e promovidos [11]¹². Esta abordagem interconecta a moral individual com as responsabilidades coletivas, incentivando ações que reflitam cuidado e respeito pelo bem comum.

Ética na Tecnociência

O desenvolvimento do tema "Ética na Tecnociência" aborda a interação entre as práticas técnico-científicas e os princípios éticos que devem orientá-las. As ferramentas do saber e os processos tecnológicos, que incluem desde a educação até a produção e uso de máquinas e redes sociais, têm implicações profundas no constructo social.

O discurso avança para a noção de tecno-prática, indicando que a técnica transcendeu a esfera da escolha, tornando-se uma necessidade inerente à expressão humana e à prática cotidiana. A emancipação através da técnica, ideia promovida por pensadores como Umberto Galimberti, coloca a técnica como um pico da

⁹ SERVON, L. J. *Bridging the Digital Divide: Technology, Community, and Public Policy*. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2002.

¹⁰ SCHNEIER, B. *Data and Goliath: The Hidden Battles to Collect Your Data and Control Your World*. [S.l.]: W. W. Norton & Company, 2016.

¹¹ ZUBOFF, S. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. [S.l.]: PublicAffairs, 2019.

¹² BARTLETT, J. *The People Vs Tech: How the internet is killing democracy (and how we save it)*. [S.l.]: Ebury Press, 2018.

prática humana, a uma visão que não é nem tecnofóbica nem tecnofílica, mas que reconhece sua dupla faceta, e mesmo assim à integra à sociedade preservando as questões humanas e éticas.

A apresentação também toca na tensão entre a antiguidade técnica, que não impunha questões éticas ou políticas, e a era moderna, onde a técnica e a industrialização têm um caráter instrumental que coloniza a natureza e a sociedade. Este desenvolvimento técnico obriga a ética a perseguir sua produção, uma ideia que ressoa com o pensamento de Nietzsche, que via a ética como uma força moldadora da técnica para o bem coletivo.

Tais questões acompanham o desenvolvimento social, e devem ser permeadas até os dias atuais. Máquinas, em um breve período, talvez estejam funcionando sozinhas, e se auto programando, e aí então, as questões éticas e morais serão sua balança da justiça.

Dilemas éticos da tecnociência

Os resultados e discussões da apresentação centram-se em dilemas éticos concretos trazidos pela tecnociência, exemplificados pela clonagem de animais, que não parece correto aos olhos da individualidade, mas parece totalmente correto na preservação de espécies em extinção e transplante de órgãos, destacando as contradições inerentes às decisões éticas na tecnociência. A questão de quem regula a técnica e a ciência em termos éticos é levantada como um ponto crítico. A apresentação reconhece que a técnica moderna, ao contrário da técnica da antiguidade, impõe questões éticas significativas. A ética, que hoje em muitas visões humanísticas é vista como sendo atropelada pela prática, na verdade é um eco do pensamento de Heidegger e McLuhan, que argumentam que enquanto a humanidade e a ciência chegam à técnica naturalmente, a consciência ética é o que impede que a sociedade sofra as consequências dessas práticas, fazendo uma comparação direta ao mito de Prometeu.

A conclusão emergente dos resultados e discussões é a imperatividade de uma ética robusta que acompanhe a evolução técnica, assegurando que o progresso tecnológico seja alinhado com valores morais e beneficie a coletividade, ao invés de apenas servir a interesses particulares ou comerciais.

Considerações finais

A ética não é apenas uma disciplina filosófica abstrata, mas uma necessidade prática e urgente na orientação da tecnociência. Em uma era onde a técnica

permeia todos os aspectos da sociedade, as conclusões enfatizam a importância de um diálogo contínuo entre cientistas, tecnólogos, políticos e a sociedade para garantir que os avanços tecnológicos estejam alinhados com valores éticos fundamentais, para que o peso das decisões seja coletivizado.

O potencial da tecnociência de remodelar a sociedade e a vida individual exige uma vigilância ética constante. As questões levantadas pela clonagem e pelas tecnologias emergentes não são meramente hipotéticas; elas pressionam a necessidade de regulamentações éticas que acompanhem o ritmo da inovação. O desafio é manter a ética não como um obstáculo, mas como um farol que guia a prática tecnocientífica em direção a um futuro em que o progresso e a moralidade coexistam.

Se por um lado, a técnica e a prática podem parecer estar avançando a uma velocidade que a reflexão ética luta para acompanhar. Por outro lado, a consciência ética molda e, em última instância, determina a direção que a técnica e a ciência tomam.

Conclui-se então que a ética é indispensável para a integridade e sustentabilidade da tecnociência, ou seja, é como a essência da humanidade. A ética, portanto, não é um obstáculo ao progresso, mas um componente essencial que assegura que o progresso seja verdadeiramente benéfico.

Referências

BARTLETT, J. *The People Vs Tech: How the internet is killing democracy (and how we save it)*. [S.l.]: Ebury Press, 2018.

BAUERLEIN, M. *The Digital Divide: Arguments for and Against Facebook, Google, Texting, and the Age of Social Networking*. [S.l.]: TarcherPerigee, 2011.

GALIMBERTI, U. *Il tramonto dell'occidente*. Milão: Feltrinelli, 2018.

GALIMBERTI, U. *Psiche e techne: L'uomo nell'età della tecnica*. Milão: Feltrinelli, 1999.

HOTTOIS, G. *Le signe et la technique: La philosophie à l'épreuve de la technique*. Paris: Aubier, 1984.

HOTTOIS, G. *L'inflation du langage dans la philosophie contemporaine*. Bruxelas: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1979.

NIETZSCHE, F. *A Genealogia da Moral: Uma Polêmica*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, F. *Assim Falou Zaratustra: Um Livro para Todos e para Ninguém*. Tradução Mário Ferreira dos Santos. Petrópolis: Vozes, 1998.

SCHNEIER, B. *Data and Goliath: The Hidden Battles to Collect Your Data and Control Your World*. [S.l.]: W. W. Norton & Company, 2016.

SERVON, L. J. *Bridging the Digital Divide: Technology, Community, and Public Policy*. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2002.

ZUBOFF, S. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. [S.l.]: PublicAffairs, 2019.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Lamartine Gaspar de Oliveira: Doutor em Educação, Arte e História da Cultura (UPM), Mestre em Ciências da Religião (UPM), Especialista em Filosofia Geral, História Moderna, Docência na Educação Superior, Fundamentos para Educação Cristã e Altos Estudos de Política e Estratégia. É bacharel e licenciado em História e bacharel em Teologia pelo Seminário Teológico Presbiteriano Simonton. É Diretor do Centro de Educação, Filosofia e Teologia – CEFT e Coordenador do Núcleo de Ética e Cidadania, na Universidade Presbiteriana Mackenzie. É professor dos cursos de Graduação em Pedagogia e História e dos cursos de Lato Sensu em Docência na Educação Superior e Fundamentos para Educação Cristã. É integrante do Grupo de Pesquisa em Ética e Bioética da UPM. Orcid: 0000-0003-2516-6691

Ana Lúcia de Souza Lopes: Doutora em Educação, Arte e História da Cultura (UPM), especialista em Tecnologia e Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e graduada em Administração de Empresas pelo Centro Universitário da FEI (Unifei). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura no Centro de Educação, Filosofia e Teologia (CEFT) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Pesquisadora na área de Cultura Digital e Prática Docente. Orcid: 0000-0003-1053-229

Gabriel Aquino da Cruz: Doutor em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), Mestre em Ciências da Religião (UPM), graduado em Teologia pelo Seminário Teológico Presbiteriano Rev José Manoel da Conceição e bacharel em Administração de Empresas (USCS). E coordenador de Pesquisa do Centro de Educação, Filosofia e Teologia – CEFT (UPM) e professor do curso de Teologia (UPM). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Da Influência Histórica às Contribuições de Personagens da Desconstrução do Racismo (UPM).

Editora LiberArs Ltda – São Paulo
www.liberars.com.br / contato@liberars.com.br

Esse livro foi elaborado com as famílias tipográficas ClassGarmond
e Cambria, e impresso em papel Pólen Soft 80g.

A Editora LiberArs e seus parceiros utilizam papéis certificados de áreas de manejo sustentável e tem compromisso institucional com o meio-ambiente.